



ISPA | Instituto Superior de Psicologia Aplicada

Crenças e Atitudes dos estudantes de Enfermagem,
Engenharia e Psicologia acerca da violência doméstica

Ema Rute Barros Mendes

Orientador de Dissertação

Professor Doutor Victor Cláudio

Coordenador de Seminário de Dissertação

Professor Doutor Victor Cláudio

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

Mestre em Psicologia

Especialidade em Psicologia Clínica

2009

Dissertação de Mestrado Realizada sob a
orientação de Prof Doutor Victor Cláudio, apresentada no
Instituto Superior de Psicologia Aplicada para obtenção de
grau de Mestre na especialidade de
Psicologia Clínica conforme o despacho da DGES,
nº 19673 / 2006 publicado em
Diário da Republica 2ª serie de 26 de Setembro, 2006.

Agradecimentos:

Gostaria de agradecer a todos os que tornaram possível a realização do meu trabalho, desde as pessoas que me incentivaram às entidades que se disponibilizaram para esclarecimentos, bem como para a recolha da minha amostra.

Ao meu orientador de dissertação, o Prof. Doutor Victor Cláudio que admiro, o mesmo facilitou o meu crescimento pessoal e profissional fazendo com que me interessasse por esta temática, incentivando-me a investir neste estudo e dedicando-me o essencial para a realização da minha dissertação.

À APAV e à UMAR que me receberam com simpatia e se disponibilizaram para esclarecimento de dúvidas.

Queria deixar, da mesma forma os meus agradecimentos aos estudantes que se disponibilizaram para participar no estudo e que me apoiaram na recolha da amostra e às instituições que o tornaram possível: o Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, a Escola Superior Agrária de Beja, a Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Beja, a Universidade do Algarve (Faro, Pólo da Penha), a Escola Superior de Enfermagem de Lisboa (Pólo Artur Ravara e Pólo Maria Fernanda Resende), a Escola Superior de Saúde de Beja, a Escola Superior de Saúde Jean Piaget (Silves) a Escola Superior de Saúde de Faro, o Hospital Distrital de Faro ao Instituto Superior de Psicologia Aplicada (Lisboa) e a Universidade de Évora e Universidade do Algarve (Faro, Pólo das Gambelas).

Ao agradecer ao João Santos que se disponibilizou para o esclarecimento de dúvidas durante a realização da dissertação.

Não menos importante foi o apoio prestado pela minha família e amigos.

Em especial gostaria de agradecer à minha mãe que fez com que me tornasse na pessoa que sou hoje. À minha irmã que sempre acreditou em mim e que forma incansável me apoiou desde o início, oferecendo sempre uma palavra de encorajamento quando mais precisei em todos os momentos da minha vida. Ao meu pai que através de sacrifícios pessoais possibilitou que eu tirasse o curso e me apoiou quando foi

necessário. Aos meus tios que também se esforçaram para que pudesse tirar o curso, e em especial a minha tia Susete pelo seu carinho. À minha prima Sara que me acompanhou ao longo desta fase, sempre com um sorriso, incentivando-me. Ao meu cunhado, Jorge, que me apoiou e encorajou nos momentos mais difíceis.

Aos meus amigos que me acompanharam, em especial à minha melhor amiga, a Claire que me acompanhou nestes dois anos e que me esteve sempre comigo, com a qual partilhei todos os momentos. À minha amiga e colega Marta que esteve sempre presente e me incentivou a continuar quando senti não conseguir. À minha companheira e amiga Daniela com que partilhei este último ano da minha vida e que me apoiou nos momentos mais difíceis. Ao meu melhor amigo, o Pedro que esteve sempre presente e me apoiou. Ao meu grupinho do ISPA, sem qualquer exceção, com quem partilhei os meus melhores momentos nestes dois anos. Ao meus amigos Diogo e a Rebeca terem estado presentes quando foi necessário.

E a todos aqueles que sempre acreditaram em mim e que de alguma forma me acompanharam, oferecendo um sorriso ou um abraço quando mais precisei.

Índice

Introdução	1
1 – Violência Doméstica	3
1.1 – Tipos de violência	4
1.2 – Consequências	5
1.3 – Vítimas	6
1.4– Agressores	7
2- Crenças e atitudes	8
3- Crenças e atitudes na violência doméstica	13
4- Crenças dos estudantes na violência doméstica	16
5- Violência Doméstica nas relações de namoro	19
5.1- Tipos de violência	20
6 – Objectivos e Hipóteses	21
7 – Metodologia	22
7.1. Delineamento	22
7.2. Procedimentos	22
7.3. Instrumentos.....	23
7.4. Amostra.....	25
8- Resultados	28
9 – Discussão dos resultados	40
10 – Conclusão	44

11 – Referencias Bibliográficas	48
---------------------------------------	----

Anexos

Anexo I – Outputs da análise estatística

Anexo II - Carta de consentimento informado.

Anexo III– Escala de Crenças Sobre a Violência Doméstica

Introdução

Nos últimos anos a problemática da violência doméstica tem sido alvo de investigação pelo número de casos existentes, possibilitando alterações na lei.

Na redacção da lei 48/95 de 15 de Março no *Artigo 152.º Maus tratos ou sobrecarga de menores de incapazes ou sobre o cônjuge* os crimes cuja pena aplicável pudesse ser superior a 3 anos de prisão eram por defeito crimes públicos, neste caso o legislador ao referir expressamente que este caso depende de queixa está a torna-lo semi-publico, permitindo assim ao ofendido desistir da queixa.

Na redacção da Lei 65/98 de 02 de Setembro no *Artigo 152.º Maus tratos e infracção de regras de segurança* o legislador para evitar situações em que o ofendido era ameaçado de forma a não apresentar queixa deu esta possibilidade de o M.P. tendo conhecimento de tais factos pudesse iniciar o procedimento criminal, dando o legislador no entanto possibilidade de o ofendido desistir da queixa terminando o processo. No entanto, caso o procedimento criminal se tivesse iniciado e o ofendido nada fizesse o processo seguia até ao fim. Aqui o legislador criou um sistema “híbrido” entre o crime semi-publico e publico, em que funcionava como publico se o ofendido não desistisse da queixa, desistência essa q não é possível nos restantes crimes públicos.

No *Artigo 152.º Maus tratos e infracção de regras de segurança* passou a ser crime público permitindo que qualquer pessoa apresente queixa e a partir dai o processo se inicie e o ofendido seja impedido de desistir da queixa, o que era permitido com a lei anterior com as especificidades já referidas. O legislador fez esta alteração porque ainda assim existiam casos em que os agressores coagiam as vitimas a desistir da queixa.

Na redacção da Lei 59/2007, de 4 de Setembro no *Artigo 152.º Violência doméstica* o legislador incluiu a possibilidade de aplicar este artigo a pessoas q vivessem ou tivessem vivido em condições análogas ás dos cônjuges independentemente de serem ou não do mesmo sexo.

Esta problemática, obteve maior relevo, uma vez que esta acarreta custos para o país e afecta uma grande parte da população. Ao longo do tempo, apesar da maior visibilidade e das alterações na lei, tem se assistido a uma banalização da violência por parte dos mais jovens

que atribuem a esta conduta meros actos de ciúme e amor. Emergindo então, um novo conceito a “violência no namoro”, esta começou então a ser estudada, evidenciando números preocupantes de violência nas relações de intimidade dos mais jovens.

Deste modo, esta investigação procurou estudar as crenças dos estudantes universitários acerca da violência conjugal, comparando os géneros sexuais, as faixas etárias dos 18 aos 39 e o tipo de formação académica (enfermagem, engenharia e psicologia) a fim de verificar se a informação obtida durante o curso relativamente a este tema exerce influência nas crenças acerca do mesmo.

Considero assim, fundamental compreender melhor quais as crenças subjacentes à legitimação destas condutas abusivas pelos mais jovens para ser possível delinear uma intervenção direccionada junto destes de forma a prevenir este padrão relacional.

1- Violência Doméstica:

De acordo com a *Comissão para a cidadania e igualdade de gênero* (2008) a violência contra as mulheres tem origem nos tempos mais remotos, nos quais as relações de autoridade entre homens e mulheres eram diferenciadas, sendo que as mulheres eram controladas e discriminadas, impossibilitando-as a sua evolução na sociedade.

Rodríguez e Córdova (2009) referem que este tipo de violência surge no contexto de uma relação amorosa, podendo assumir diversos contornos, desde maus tratos físicos e emocionais, bem como controlo sobre a vítima.

Segundo Denmark, Krauss, Halpern & Sechzer (2006) referem que inicialmente a violência doméstica contra as mulheres era vista como uma consequência de algo que tinha sido provocado pela mulher, era considerado um acto sexual e não uma manifestação da agressão.

De acordo com o relatório da APAV (2008), a violência doméstica ocupa 90% das categorias de crimes de violência registados e esta ocorreu com maior frequência na residência comum (70%). Este relatório demonstra ainda que a relação entre o agressor e a vítima é maioritariamente de conjugalidade (61,9%) e que em 80% dos casos a vitimação foi continuada.

Segundo Obama (2009) na Proclamação 8428 – *National Domestic Violence Awareness Month, 2009 (October 1, 2009)*, A violência doméstica, faz com que as vítimas temam estar em suas casas, sentido angústia e desespero, uma vez que estas não se conseguem proteger a si próprias nem os seus filhos como consequência do isolamento social com que se deparam, sem terem qualquer tipo de apoio, receando, deste modo, o seu futuro.

Uma investigação desenvolvida por Rodríguez e Córdova (2009) acerca das manifestações concretas e factores associados na violência entre o casal demonstrou valores elevados de “violência verbal.” De acordo com os mesmos, a vítima não reconhece a gravidade da violência presente na sua relação. Em muitos dos casos, os tipos de violência que não sejam físicos são desvalorizados, pelo entorpecimento emocional e pela representação do dever de submissão ao homem. Apesar da gravidade deste tipo de violência

ser menosprezada, os mesmos alertam para a veemência que esta pode assumir o que tem repercussões ao nível da integridade moral das vítimas.

Os autores referem que a violência género é uma consequência da estrutura familiar, na qual, as mulheres sempre tiveram uma posição subordinada na sua relação com os homens. Numa sociedade patriarcal o homem exerce o seu poder para organizar o lar e a mulher deve submeter-se para manter a ordem, sendo um assunto privado no contexto doméstico e aceite como algo natural e justificável.

De acordo com a *Comissão para a cidadania e igualdade de género* (2008) a violência doméstica, ocorre na maior parte dos casos, mais do que uma vez, e não é acidental, sendo que o agressor recorre a mesma sempre que considera necessário controlar a vítima. Esta conduta abusiva e multidimensional poderá ser física, psicológica e/ou sexual.

1.1- Tipos de violência:

A violência doméstica manifesta-se através de diversos crimes. Segundo o relatório estatístico da APAV (2008) os tipos de crimes mais frequentes são: maus tratos psíquicos (34,3%), seguidos dos físicos (30%), as ameaças ocupam o terceiro lugar (20,3%) seguidas das difamações (11,5%) e os outros tipos de violência (subtracção de menores, violência na obrigação de alimentos, abuso sexual, homicídio e outros) representam apenas 4% do total.

Rodríguez e Córdova (2009) numa investigação acerca da violência no casal distinguem alguns conceitos, sendo que, de acordo com estes, na violência física o agressor de diversas formas ofende a integridade física da vítima, enquanto que a violência moral se manifesta pelos danos causados à integridade moral, na qual o agressor desvalorizando a vítima, poderá insultá-la, inquietá-la ou controlá-la.

De acordo com Bostock, Plumpton e Pratt (2009) numa investigação desenvolvida com o objectivo de perceber quais os factores que levam a vítima a manter estas relações violentas foram definidas as formas de abuso mais frequentes que impossibilitam o abandono da relação, entre as quais, o “abuso emocional”, a “intimidação”, “o isolamento dos outros”, o “controle financeiro”, os “actos de violência” contra as vítimas, filhos, restante família e animais de estimação, a “coerção social”, as “tácticas de abuso emocional” e a “violação”.

1.2-Consequências

“A violência física é um forte impedimento do bem-estar psíquico, físico e social de todo o ser humano e um atentado aos seus direitos à vida, à liberdade, à dignidade e à integridade física e emocional.” (Resolução do conselho de ministros nº83/2007, p.3988).

Existem diversos estudos que fazem referência às consequências sócio – económicas, uma vez que este fenómeno causa vários danos físicos e psicológicos nas vítimas. Matos (2002) alerta para as consequências psicológicas da vivência deste tipo de fenómeno, tais como, temor, retraimento, perturbações cognitivas, disfunções sexuais depressão, suicídio, comportamentos aditivos face a substâncias, entre outros. De acordo com Matos (2000), a vitimização conduz a um acréscimo das despesas relativas à saúde, uma vez que esta gera um aumento do número de hospitalizações, perturbações do sono, de doenças crónicas, assim como, de distúrbios alimentares.

Segundo Aneja, Gottlieb e Feller (2009), as mulheres expostas ao IPV (Intimate Partner Violence) recorrem com maior frequência aos serviços médicos, de saúde mental e às urgências. Segundo os autores, estas apresentam sintomas como, “depressão”, “ansiedade”, “síndrome pós-traumático”, “maior incidência de abuso de substâncias” e “maior utilização das mesmas como recurso”, “dor abdominal”, “dores de cabeça”, “desconforto muscular” e “síndromes de dor crónica”.

Este referem ainda que quando as vítimas pensam abandonar estas relações confrontam-se com “isolamento social”, “instabilidade financeira”, “barreiras culturais”, “medo de retaliações” e temem o futuro dos filhos. Aqui é fundamental o suporte e a empatia dos técnicos de saúde, demonstrando à vítima que esta situação é inaceitável e que a culpa não é sua, para que estas recuperem o sentimento de controlo e sua a auto-estima.

Com o objectivo de investigar a experiência das vítimas durante este tipo de relações Bostock e Plumpton (2009) expuseram alguns dos obstáculos para o término das mesmas. Durante a relação o amor e senso de compromisso que as vítimas têm pelo agressor engrandecem, o que conseqüentemente, aumenta as suas aspirações em fazer com que a relação funcione. Entretanto o agressor, mostrando-se arrependido, pede clemência, prometendo não repetir a violência e nalguns casos encontramos até a negação da ocorrência deste abuso. Advém então, uma desvalorização da violência por parte da vítima, que considera que a relação se deve manter pela pouca gravidade destes actos. A irregularidade da

violência amplifica esta desvalorização, e gera sentimentos de gratidão por não acontecer sempre.

As vítimas desenvolvem um objectivo fixo que é acabar com o abuso mantendo a relação, assim, escondem a violência e isolam-se, aparentando estar bem na relação, poderão até adoptar comportamentos semelhantes ao do agressor (agredir e gritar), ou recorrer a substâncias como, medicação drogas e álcool.

De acordo com os autores, os laços sociais, que geralmente são desfeitos com este tipo de relação, são essenciais para que a vítima reconheça estes actos como intoleráveis, uma vez que o suporte social da família e dos amigos, bem como o sentimento de obtenção da protecção adequada dos serviços de apoio à vítima são fundamentais para que esta tenha coragem para quebrar o ciclo de violência. Só através da compreensão e empatia dos outros a vítima poderá suportar as consequências que advêm do abandono da relação, que segundo os autores são: “perder casa e as suas posses”, “solidão”, “dificuldades financeiras”, “perder os amigos” e “ter desafios de re – habitação e gestão da nova vida dos filhos”.

1.3-Vítimas

De acordo com o relatório da APAV (2008) a vítima, é em 90% dos casos do género feminino e apresenta maioritariamente uma idade compreendida entre os 26 e 45 anos (34,6%). Esta é geralmente casada, tendo uma família nuclear com filhos. A violência doméstica ocorre contra pessoas entre o 1ºciclo e o ensino superior, que têm independência financeira pelo próprio trabalho e vivem em grandes cidades.

Segundo Fernández (2006) a distância da família e a falta de suporte social coloca as mulheres numa situação vulnerável, o que aumenta o risco da vitimização destas; assim, as investigações e os programas deverão dar resposta às expectativas das próprias mulheres para delinear futuras intervenções com esta população.

De acordo com Matos (2000) durante as relações abusivas, as palavras proferidas pelos agressores às vítimas, fazem com que estas considerem, gradualmente, a violência como algo natural, acreditando que esta não voltará a ocorrer e culpabilizando-se, em muitos dos casos, por considerarem que devem obedecer aos maridos e proteger a família.

Segundo Coulter & Chez (1997) os advogados das vítimas de violência doméstica alertam para o facto de estas não fazerem queixa por diversos motivos, desde a ressalva da sua própria segurança ao receio de quebra da confidencialidade.

1.4-Agressores

De acordo com o relatório da APAV (2008) o autor do crime em 90% dos casos é do género masculino e apresenta idades maioritariamente na faixa dos 26 a 55 anos de idade (43,2%). Frequentemente é casado, tem habilitações entre o 1º ciclo e o ensino superior e sobrevive do próprio trabalho.

Segundo Davis (2008), a violência doméstica é utilizada para alterar o comportamento dos outros em benefício próprio, sendo que o agressor utiliza a sua força contra um membro da família com o intuito de o manipular. De acordo com o autor, o agressor para modificar o comportamento do outro utiliza a violência, conseguindo alterar algumas condutas, o que é benéfico para si. Desta forma, recorrerá com maior frequência à violência nestes contextos. Acrescenta ainda que a maioria dos agressores só manifestam um comportamento agressivo quando consideram obter benefícios desta conduta, revelando assim um comportamento diferente em privado daquele que exibem em público, uma vez que na primeira situação, conseguem controlar as vítimas e na segunda, correm o risco de os outros não aprovarem.

2-Crenças e Atitudes

De acordo com Cláudio, Pereira e Robalo (1994) as atitudes e as crenças influenciam a forma como seleccionamos e avaliamos informação que recebemos do exterior. A percepção que temos do que nos rodeia é, deste modo, edificada com base nestes constructos. Segundo os autores é essencial compreender quais as atitudes e crenças dos indivíduos para poder delinear programas preventivos com um impacto eficiente.

De acordo com, Cláudio e Sousa (2003) quando recebemos informação proveniente do exterior interpretamos e elaboramos a mesma, integrando-a com a informação já existente.

Segundo Beck (1979), durante o desenvolvimento através da interacção com o meio, formamos crenças acerca do que nos rodeia. Segundo o autor uma crença desenvolve-se na infância através da interacção com pessoas significativas e um conjunto de acontecimentos que comprovam a ideia inicial. Beck (1997) refere que estes constructos iniciais são universais e estáveis, produzindo, deste modo pensamentos automáticos que são apreciados como “verdades absolutas”. As situações com que nos defrontamos, são então percebidas com base nestas crenças centrais, sendo que, desta forma, o sujeito sobrevaloriza as informações congruentes com estas crenças e menospreza as que lhes são opostas. Um mesmo acontecimento é então percebido de diferentes formas por cada sujeito.

Esta ideia é reforçada por Ajzen e Cote (2008), sendo que, segundo estes, as nossas motivações e cognições são resultantes das nossas crenças. Deste modo e de acordo com os autores as nossas respostas são baseadas nas crenças, uma vez que estas são a informação a que temos acesso para nos relacionarmos com o mundo.

Assim existem as crenças centrais levam às crenças intermediárias, das quais derivam os pensamentos automáticos. Este segundo tipo de crenças é expresso pelas regras, atitudes e suposições. Desta forma e de acordo com o modelo cognitivo (Beck, 1997) o modo como interpretamos a realidade determina as nossas emoções e a nossa conduta. Esta interpretação do meio é suportada por pensamentos automáticos que fazem com que o sujeito dê uma resposta imediata, facilmente reconhecida como válida, sem que este a critique.

A autora refere, de igual modo, que os pensamentos automáticos são pensamentos avaliativos espontâneos, não tendo por base qualquer tipo de raciocínio, sendo facilmente reconhecidos como verdadeiros, sem serem alvo de crítica por parte do sujeito. Estes são mais

facilmente modificados do que as crenças intermediárias e que as crenças centrais respectivamente.

Por sua vez, Olson e Kendrick (2008) referem que através da aprendizagem de determinadas crenças ou pensamentos positivos acerca de um objecto, podemos classificá-los mais favoravelmente. Na terapia cognitiva da depressão, Beck (1979) confirma esta concepção referindo, que numa determinada situação activamos o esquema que lhe está associado, uma vez que os esquemas contêm as cognições que utilizamos para codificar as informações com que nos deparamos.

De acordo o autor os esquemas são paradigmas cognitivos, uma vez que são fixos, regulamentando as interpretações. Numa determinada situação, suportamo-nos do esquema para converter os dados em cognições, servimo-nos deste para circunscrever, discriminar e codificar o estímulo com nos confrontamos. Avaliamos e classificamos as nossas experiências tendo por base um protótipo de esquemas, sendo que as características deste determinam o modo como estruturamos as diversas experiências que temos. O autor acrescenta ainda que um esquema anteriormente inerte, pode ser impulsionado em determinadas circunstâncias.

De acordo com Cláudio e Sousa (2003), recorremos a dados anteriormente integrados quando nos relacionamos com o meio muitas vezes através da manifestação de pensamentos automáticos, sendo que os esquemas que evocamos para responder em determinadas situações formam-se com base nas nossas crenças. Deste modo, as crenças, as atitudes e as conjecturas do sujeito resultariam de cognições basilares e fixas, com suporte na sua generalização.

Segundo Ajzen e Cote (2008) o valor subjectivo de cada atributo contribui para a atitude em proporção directa para a força da crença. De acordo com os autores a atitude é uma predisposição para avaliar um objecto, permitindo desta forma, predizer o comportamento, uma vez que reagimos ao meio com base nestas. Estes constructos vão sendo adquiridos ao longo da vida, através de observação e interacção com o meio integramos diversas atitudes relativamente ao que nos rodeia. Estes referem que a valência positiva, negativa ou neutra da atitude face a um determinado objecto influencia os julgamentos que fazemos deste. Servimo-nos da informação que temos disponível para dar resposta ao exterior. O nosso comportamento é, assim, determinado pelas nossas crenças e atitudes.

Cláudio e Sousa (2003) definem as atitudes como constructos de apreciação que desempenham uma funcionalidade intermediária entre os estímulos e as respostas. Para nos

relacionarmos com o que nos rodeia, interpretamos os objectos com base na informação que temos disponível acerca destes na memória (“objecto de atitude”). Assim, as nossas reacções aos estímulos, têm uma componente avaliativa, que contém uma representação mental. Esta é integrada na mente, sendo que recorremos à mesma para interpretar e processar as informações provenientes do meio, orientando desta forma o nosso comportamento.

Para elucidar a concepção de que as atitudes são resultantes das nossas crenças os autores apresentam-nos o modelo de Daholkar (1999) e Feather (1982), o EV model (expectancy-value). De acordo com este modelo a atitude que temos face ao objecto é adquirida espontaneamente com base na avaliação que fazemos acerca das suas características, esta é positiva ou negativa consoante a associação que fazemos dos seus atributos. Este processo associativo faz com que apreciemos objectos que têm atributos do nosso interesse e deprecemos os que associamos a atributos de menos interesse.

Ajzen e Cote (2008) expõem o modelo MODE de Fazio esclarecendo que as atitudes face a um determinado objecto resultam de uma associação no processo mnésico da avaliação positiva ou negativa que fazemos deste. Assim, os julgamentos relativamente a um objecto baseiam-se na informação que temos disponível através das nossas associações. Segundo este modelo, quanto mais inteligíveis as atitudes estiverem na memória, melhores predictoras serão do comportamento, pelo grau de legitimidade que lhes é então conferida pelo sujeito, exercendo maior influência na percepção das situações por parte deste.

Contudo, os mesmos alertam para o facto de a acessibilidade das atitudes específicas compatíveis com acções próprias do comportamento terem maior impacto que atitudes globais para predizer a conduta do sujeito, de acordo com estes, quanto maior o grau de especificidade da atitude face ao comportamento melhor preditora será do mesmo.

Os autores fazem, do mesmo modo, referência ao princípio de compatibilidade (Ajzen, 1988, Ajzen & Fishbein, 1980) no qual somente quando a atitude e o comportamento se direccionam num mesmo contexto é espectável uma elevada correlação entre a atitude e o comportamento. Este modelo (Ajzen & Fishbein, 1977) demonstrou que para predizer acções específicas é necessário que exista uma forte correlação entre atitude e comportamento e esta só é significativa quando há compatibilidade na especificidade dos seus factores.

A teoria do comportamento planeado é também exposta pelos autores, segundo esta, existem 3 agentes que condicionam o comportamento, avaliação positiva ou negativa do

comportamento, a influência dos outros para ter determinado comportamento e aptidão que o sujeito julga ter para actuar. O sujeito terá mais apetência para ter um determinado comportamento se o avaliar positivamente, se sentir pressão social para actuar e se considerar ter capacidade para agir. Segundo este modelo as pessoas em sociedade têm determinado comportamento de acordo com as consequências que podem advir deste, sendo que este é impedido ou facultado com base nas normas regentes.

De acordo com Devos (2008) os comportamentos espontâneos são conjecturados de forma mais efectiva através do acesso às atitudes implícitas, por serem inconscientes, não sendo, deste modo, controlados pelo sujeito. Segundo o autor as atitudes implícitas são resultantes das experiências primitivas, elementares, contudo estas podem ser constantemente actualizadas com base nas novas experiências ou nas que estão a decorrer para a manifestação das “respostas afectivas automáticas”. O sujeito não expressa a sua análise frequentemente, por não pretender torná-la pública ou por não aprovar o consentimento desta crítica com convicção ou deliberação. Os indivíduos podem querer esconder de terceiros o que sentem face ao objecto ou podem recusar a sua resposta voluntária afectiva face ao mesmo por esta ir contra os seus princípios ou valores.

Assim, no que se refere ao controle ponderado, as atitudes explícitas são mais vulneráveis do que as implícitas. O que significa que, uma auto-apresentação pode ter um cariz explícito, e reacções não implícitas, sendo que, quando o sujeito está interessado em demonstrar um determinado comportamento, há um enfraquecimento da correlação entre as atitudes implícitas e explícitas. Deste modo, as avaliações implícitas predizem respostas comportamentais, ao passo que as avaliações expressas publicamente não.

De acordo com Devos (2008) o comportamento do sujeito é influenciado pelo contacto com diversos estímulos. O modo como o sujeito percepção o meio é fruto da exposição que este comportou numa etapa inicial, sendo que o “objecto de atitude” é então activado de acordo com o contexto em que surge e é associado à representação mental existente. Desta forma, consoante o contexto próprio em que o objecto se encontra, assim será a avaliação automática que o sujeito faz do mesmo. A informação é então seleccionada e adaptada às representações do sujeito, exercendo influência sobre as suas atitudes implícitas. Sendo que este recorre às diversas associações sobre o objecto a que tem acesso, consoante o contexto em que se encontra.

O autor acrescenta ainda que a classificação positiva ou negativa atribuída pelo sujeito aos estímulos exerce influência no seu comportamento, uma vez que, para que as atitudes influam na conduta do mesmo, este não tem que estar necessariamente consciente da sua formação.

Quanto mais os sujeitos expuserem as suas atitudes ou considerarem acerca o objecto atitudinal, mais involuntárias estas se tornam, quanto mais praticar mais acessíveis e mecânicas as atitudes se tornam perante o objecto. Deste modo, de acordo com Devos (2008), a faculdade de processamento e a motivação interferem na estabilidade das atitudes e dos comportamentos, sendo que, quando o sujeito tem um procedimento ponderado está motivado para responder com prudência e teve oportunidade para apreciar o seu comportamento, quando, por sua vez, o sujeito procede automaticamente, não está suficientemente motivado para dar a resposta desejada ou não teve possibilidade de processamento.

Segundo Olson e Kendrick (2008) as atitudes podem assumir conjuntamente um teor, afectivo, cognitivo, comportamental, inato, aprendido, implícito e explícito de acordo com o contexto em que se encontram. As atitudes são afectadas pela socialização e, simultaneamente, a integração que fazemos do que nos circunda é influenciada pelos nossos afectos e crenças. Estes afectam, do mesmo modo, a edificação, análise e elaboração que fazemos da informação.

Assim, de acordo com os autores os nossos afectos face aos acontecimentos vão de encontro com as nossas crenças relativamente aos mesmos, e do mesmo modo, interpretamos as ocorrências de forma a que a nossa resposta emocional seja confirmada. A cognição e afecto podem, deste modo, afectar as apreciações de forma independente, contudo também se podem influenciar mutuamente.

3-Crenças e atitudes na violência doméstica:

De acordo com Bandura (1979), as pessoas não nascem com reportórios de agressividade. Estes são aprendidos através da observação e reforçados pela sua prática. Segundo o mesmo, toda a aprendizagem resulta da experiência directa, da observação do comportamento dos outros e respectivas consequências. Através da observação da conduta agressiva dos outros, formamos a concepção de como o comportamento é desempenhado e em ocasiões futuras a representação simbólica poderá servir como um guia para a acção. O autor acrescenta que nem todas as coisas aprendidas são executadas. As pessoas podem adquirir, reter, e possuir a capacidade de agir agressivamente, mas o comportamento pode raramente ser expressado senão tiver valor funcional para estas ou se for negativamente sancionado. O sujeito tem uma conduta agressiva se esta lhe trazer benefícios, se obtiver algo através deste comportamento.

As consequências são um meio articulado para informar as pessoas sobre quais os comportamentos que devem ter para gerar resultados benéficos e quais os que não devem ter para evitar punições.

Bandura (1979) esclarece que as crianças não violentas que são repetidamente vitimizadas mas que conseguem ocasionalmente ser bem sucedidas, obtendo suspensões da violência através da contra-agressão, desenvolvem condutas de defesa agressivas de forma recorrente e de igual modo principiam estes comportamentos por vontade. As crianças não violentas que ao evitar o outro, raramente são maltratadas e aquelas que não obtém frutos através da contra-agressão permanecem não violentas. A violência é, então, através do processo da observação, considerada como um meio de obtenção dos próprios desígnios.

Assim, ao adquirirmos determinadas crenças acerca da violência doméstica nutrimos afectos equidistantes relativamente a esta conduta. A avaliação que fazemos orienta, desta forma, o nosso comportamento. As cognições iniciais acerca da violência doméstica geram sentimentos face a este fenómeno, que vão influenciar as avaliações que, por sua vez, orientam o comportamento.

A valência positiva ou negativa atribuída à violência doméstica vai determinar o nosso comportamento. Se tivermos crenças que sustentem a validade da violência doméstica, avaliamos este fenómeno positivamente e as atitudes produzidas pela nossa apreciação influenciam o nosso comportamento, legitimando, desta forma este tipo de conduta. Ao longo

da vida integramos diversas crenças relativamente ao que nos rodeia, estas formam nossa base cognitiva, sendo o suporte de informações a que recorremos para responder o exterior. As crenças acerca da violência doméstica são desta forma os recursos que temos disponíveis para interpretar e responder perante este fenómeno.

À luz do modelo de Beck (1997) na *Terapia cognitiva* (p.), podemos imaginar a seguinte crença central: “*É normal a violência entre um casal*”, desta surgiriam crenças intermediárias, expressas por atitudes como por exemplo: “*A violência doméstica é aceitável*”, suposições como “*Se aconteceu é porque existiram motivos para a violência*” e regras como “*Se for necessário, esta conduta deve ser adoptada/aceite*”. Os Pensamentos automáticos poderiam, deste modo, ser: “*Posso adoptar/aceitar um comportamento violento*”, “*A violência doméstica pode ser útil em determinadas situações*” ou “*Este tipo de comportamento não prejudica ninguém*”

Se esta crença central fosse substituída por “*A violência entre um casal é um crime*” as crenças intermediárias resultantes destas seriam exprimidas por atitudes como: “*A violência doméstica é condenável*”, as suposições seriam: “*Nada justifica a violência*” e as regras “*Nunca se deve aceitar/adoptar esta conduta*”. Os pensamentos automáticos seriam, por sua vez deste tipo: “*Não posso adoptar/aceitar um comportamento violento*”, “*A violência doméstica não tem utilidade nenhuma*” ou “*Este comportamento é prejudicial*”

Segundo Fernández (2006), independentemente da cultura à qual pertencem, o auto-conceito, o estatuto e o sentido de autonomia das mulheres são resultantes das suas crenças culturais.

De acordo com a autora é essencial identificar quais as crenças culturais para criar programas eficazes, de forma a diminuir a violência doméstica contra a mulher. Segundo a mesma o homem é considerado nas sociedades patriarcais como o género dominante, sendo que, este tipo de crença coloca as mulheres numa situação vulnerável face as homens, bem como, ao abuso que pode ocorrer nas suas relações com estes. A autora alerta ainda para o facto de estas muitas vezes não poderem facilmente escolher continuar ou terminar a relação, referindo que para abandonar a relação as vítimas têm que se desligar dos laços que as prendem, e que lhes dão um sentido de identidade.

Pérez, Fiol, Palmer e Guzmán (2006) referem que a violência doméstica contra as mulheres deve ser abordada através da origem das crenças, sendo considerada como uma

consequência de atitudes sexistas que legitimam este tipo de conduta. Os autores definem sexismo como a avaliação que fazemos de uma pessoa e a forma como nos relacionamos com a mesma, de acordo com o sexo biológico a que pertence. A atitude cognitiva, afectiva e comportamental face a um determinado sujeito é deste modo influenciada pelo seu género sexual.

Existem diversos motivos para que algumas vítimas de violência doméstica permaneçam nas relações, desde a “dependência económica”, a “necessidade de salvar os filhos”, “receio de retaliação” e “crenças religiosas”. (Domestic violence, *Healthcare guideline*, 2006). O amor é um fundamento reiteradamente utilizado para validar a permanência nestas relações com condutas abusivas por parte dos parceiros, para menosprezar a gravidade destes actos violentos ou para sustentar o consentimento de protótipos de manifestação de afecto desadequados.

Walker (1979 in La Viollete & Barnett, 2000 cit por Neves) explica que muitas vezes, após um acto de violência, deparamo-nos com a “Lua-de-mel”. Este fenómeno é uma crença de que estão os agressores estão arrependidos dos seus actos e almejam a recuperação da relação. O acto de violência é então desvalorizado por estas mulheres sendo esta é uma fase de esperança na qual a agressividade é considerada apenas uma das circunstâncias da relação, sem grande relevância. Emerge assim, a necessidade de salvaguardar a tranquilidade da relação e do conforto e reputação do seu companheiro.

4-Crenças dos estudantes acerca da Violência Doméstica

Numa investigação desenvolvida por Caridade, Machado e Vaz (2007) com o objectivo de estudar as crenças e comportamentos dos estudantes demonstrou uma maior legitimação da violência por parte do sexo masculino bem como uma maior minimização e banalização desta. De acordo com os autores a confusão com amor e ciúmes, leva à aceitação desta conduta e ao longo do tempo, a “pequena violência” perpetua-se e nalguns casos poderá mesmo agravar-se.

Estes demonstraram ainda que os maltratantes e as vítimas têm um maior grau de apoio às crenças que justificam ou desculpabilizam o abuso ocorrido na intimidade. Quando comparados com estudantes que não estão envolvidos, os estudantes que já foram vítimas ou agressores apresentam valores superiores de legitimação da violência no geral e nos 4 factores (“legitimação e banalização da violência doméstica”, “legitimação da violência pela conduta da mulher”, “legitimação da violência pela atribuição a causas externas” e legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar”)

Segundo um estudo de Machado, Matos e Moreira (2003) realizado na Universidade do Minho, os factores mais frequentemente assinalados pelos estudantes para a condescendência perante estas condutas abusivas são: “medo de retaliação”; “dependência do parceiro”; “sensação de não poder escapar à relação” e “preocupação com a protecção de terceiros”.

Para muitos destes estudantes os “actos de revolta”; “expressão de confusão”; “amor” e “ciúme” são as causas para estes comportamentos agressivos. De acordo com os autores, os estudantes universitários, frequentemente, banalizam a “pequena violência”. O menosprezo dos comportamentos agressivos nos seus relacionamentos conduz ao prolongamento deste padrão relacional no futuro, bem como ao seu agravamento.

Rosen e Stith (1997) referem que existem diferenças na violência entre as relações de namoro e as relações maritais, uma vez que encontramos uma diversidade de factores que impede que as vítimas, na segunda condição apresentada, abandonem a relação. Os autores alertam para a necessidade de compreendermos como se desenvolve o processo de separação desde a fase inicial das relações, desenvolvendo, deste modo, uma investigação, de forma a

averiguar como as mulheres terminam as relações de namoro violentas e como vivenciam esta nova realidade.

De acordo com os mesmos, um dos factores determinantes para o término destes relacionamentos é a percepção da qualidade da relação por parte da vítima. As mulheres que avaliam as suas relações positivamente, atribuindo à agressão uma expressão de afecto, têm maior propensão para permanecer nas relações comparativamente às que atribuem uma valência mais negativa a este padrão relacional. Quando as mulheres se apercebem de que a sua vida está a ser condicionada negativamente pelo seu tipo de relacionamento, fazem uma nova avaliação da sua condição actual, da qual advêm novos sentimentos, como raiva e medo. Estes novos afectos são fundamentais para que estas tenham a veemência necessária para dar início a este processo de separação.

Rosen e Stith (1997) com o intuito de compreender esta problemática, desenvolveram um estudo com mulheres que estiveram envolvidas em relações de namoro violentas. Estes relacionamentos tiveram início entre os 16 e 32 anos, sendo a média de 21 anos. Os autores verificaram que quando as vítimas pensam colmatar as suas necessidades na relação (muitas vezes sentimentos de insegurança que geram dependência dos seus companheiro) ficam subjugadas a estes relacionamentos.

De acordo com os mesmos estas relações atingem um elevado grau de intensidade, diversão e estimulação no primeiro conflito. Este começa, então, a estar presente de forma recorrente na relação e a vítima vai progressivamente perdendo o controlo desta. Nesta fase, surgem dúvidas acerca da qualidade de relacionamento. Estas reflexões vão proporcionar o desenvolvimento do processo necessário para que as vítimas abandonem as relações. As vítimas pensam então, que não carecem daquele tipo de relação, mas sim, que necessitam de terminá-la.

Segundo os autores, a partir do momento em que as vítimas restabelecem a relação consigo próprias, recuperam o controlo sobre a sua vida, avaliando o que pretendem realmente desta e adquirindo os recursos vitais para terminarem estes relacionamentos violentos.

De acordo com Duarte e Lima (2006) num estudo acerca da prevalência da violência física e psicológica nas relações de namoro de jovens estudantes portuguesas, os homens são mais legitimadores e tolerantes face ao abuso ocorrido na intimidade no global e nos 4

factores. Os agressores e as vítimas têm maior tendência para minimizar os actos de pequena violência e conseqüentemente a legitimar mais frequentemente a violência doméstica

A taxa de violência entre os estudantes encontrada nesta investigação é preocupante, apresentando valores como, 10,7% violência física e 38,2% de violência psicológica. Mais alarmante é o caso dos estudantes universitários, sendo que estes têm a maior taxa de violência com 18% dos casos: 14, 8% violência física e 32,1% violência psicológica

Segundo um estudo acerca da violência universitária realizado por Machado, Matos & Moreira (2003) as vítimas e agressores tendem a minimizar a “pequena violência”. Os autores alertam ainda para a tendência que há para esta “pequena violência” aumentar ao longo do tempo.

Pérez, Fiol, Palmer, Espinosa e Guzmán (2006) referem que os conhecimentos acerca da violência doméstica influenciam as crenças e atitudes dos estudantes relativamente a esta. Ficou demonstrado, numa outra investigação desenvolvida por Pérez, Fiol, Palmer, e Guzmán (2006) que os estudantes com formação na área da violência doméstica apresentam, com maior frequência, atitudes negativas face à mesma, por comparação aos que não tiveram qualquer tipo de formação nesta área.

De acordo com os resultados obtidos na sua investigação, Bryant e Spencer (2003) advertem para a necessidade de desenvolvimento de formações que previnam o uso da violência nas relações amorosas. Quando as vítimas depreenderem por si mesmas a incongruência destes relacionamentos vulgarmente categorizados como amorosos, começam a ponderar se devem continuar nas relações.

5-Violência Doméstica nas Relações de Namoro

Adolescência e a violência doméstica nas relações de namoro

A adolescência é uma fase de transformação, na qual se constroem os primeiros laços afectivos fora do núcleo familiar. É nesta etapa que o indivíduo forma a sua personalidade e o seu estilo relacional. Segundo Caridade e Machado (2006) é neste estágio de desenvolvimento que formamos a nossa personalidade, edificamos relações amorosas e concebemos o nosso padrão relacional numa procura de emancipação. Contudo, por vezes, os adolescentes encontram uma realidade de violência que não era previsível e que acabam por aceitar, considerando estes actos como algo banal e resultantes do amor.

Lichter e McCloskey (2004) referem também que a adolescência é um período de experiências formativas, de identidade género, sendo que as relações com agressividade podem perpetuar-se.

Desta forma, Aldrighi (2004) alerta para a urgência do reconhecimento deste problema nas fases iniciais das relações amorosas, uma vez que estas constituem o começo das organizações familiares e diversos estudos revelam que o padrão relacional existente nestas fases se perpetua ao longo dos anos. A autora esclarece que depois de receberem intervenção 50% a 75% dos casais permanecem nas relações. Do mesmo modo, Matos, Machado, Caridade e Silva (2006) referem que o padrão relacional se perpetua nas relações conjugais. Segundo os autores embora nas relações de namoro encontremos formas “menos graves de violência”, estas mantêm-se e frequentemente agravam-se ao longo do tempo. No entanto alertam ainda para o facto de, apesar desta violência “menos severa” ser a mais frequente no namoro, em alguns destes casos são vivenciados também actos de violência mais austera.

A violência nas relações de namoro é uma realidade que tem sido negligenciada, sendo que esta recentemente se tornou alvo de investigações, devido ao seu impacto. Caridade e Machado (2006) esclarecem que existem diversos tipos de violência nas relações de namoro, violência física, psicológica e sexual. Os autores referem que este fenómeno tem sido descurado, dando-se principal relevância as relações conjugais.

Matos, Machado, Caridade e Silva (2006) alertam, de igual modo para a escassez de informações acerca da violência no namoro, sendo este fenómeno ainda pouco estudado.

James, West, Deters e Armijo (2000) referem que pelo menos 25% dos adolescentes vivenciaram abuso físico e psicológico nas suas relações íntimas. Segundo os autores, temos assistido, ao longo do tempo, a um aumento da tolerância da violência doméstica pelos adolescentes, sendo considerada por estes, como um sinónimo de amor entre um casal.

De acordo com um estudo sobre as atitudes relativamente à atribuição de culpa na violência doméstica, desenvolvido por Bryant e Spencer numa universidade pública de Nova York em 2003, foram registadas 39% relações de namoro violentas.

5.1-Tipos de violência

De acordo com um estudo de Duarte e Lima (2006) acerca da prevalência da violência física e psicológica nas relações de namoro com uma amostra de 429 jovens estudantes portugueses a violência psicológica ocupou o 1º lugar com 38,2%, seguida da física com 10,7% do total de sujeitos.

Numa investigação desenvolvida por Paiva e Figueiredo (2004) com 318 estudantes universitários, a violência mais frequente é a psicológica, sendo 53,8% referentes à perpetuação e 50,8% à vitimização, a coerção sexual ocupa o segundo lugar de prevalência com 18,9% de perpetuação e 25,6% de vitimação. Relativamente ao abuso físico sem sequelas, foram registados 16,7% de perpetuação e 15,4% de vitimização, sendo que o abuso físico com sequelas é o menos frequente com 3,8% quer para a perpetuação, quer para a vitimização. Neste estudo foi encontrada uma maior prevalência de violência psicológica e coerção sexual entre os sujeitos, bem como uma maior frequência de actos abusivos considerados menos severos, o que segundo os autores poderá dever-se ao facto dos sujeitos atribuírem pouca austeridade a estas condutas violentas.

Este juízo confere um estatuto de normalidade a este tipo de comportamentos o que invalida a punição dos mesmos. Os autores alertam ainda que, encontramos investigações com resultados divergentes por a definição de violência não estar estandardizada e por nos depararmos com concepções discordantes relativamente ao que é abusivo ou não.

6-Objectivos e Hipóteses

Objectivos:

Duarte e Lima (2006) num estudo acerca da prevalência da violência física e psicológica nas relações de namoro de jovens estudantes portugueses, afirmam que, um número considerável de participantes já experienciou em relações de namoro violência física e/ou psicológica, alertando para o facto deste flagelo social se estar a propagar às camadas mais jovens.

Deste modo, este estudo teve por objectivo investigar as crenças e atitudes dos estudantes universitários acerca da violência doméstica com o intuito de verificar qual o seu grau de tolerância/aceitação e qual o tipo de crenças que levam à legitimação desta conduta, analisando o total da escala, assim como os quatro factores em que se decompõe (“legitimação e banalização da pequena violência”, “legitimação da violência pela conduta da mulher”, “legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas” e “legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar”).

Hipóteses:

Hipótese 1 - Existem diferenças significativas nas crenças acerca da violência conjugal entre os géneros.

Hipótese 2 - Existem diferenças significativas nas crenças acerca da violência conjugal entre os escalões etários.

Hipótese 3 - Existem diferenças significativas nas crenças acerca da violência conjugal em função do curso frequentado.

7-Método

7.1-Delineamento

Neste estudo de comparação entre grupos, foram criados grupos com o objectivo de estudar a influência das variáveis género, idade e tipo de curso frequentado pelos estudantes nas crenças destes acerca da violência doméstica (Ribeiro, 2007).

O método utilizado foi não-experimental, uma vez que as variáveis estudadas não foram manipuladas pelo investigador e as escalas foram aplicadas no terreno (escolas e hospital) (Mcguigan, 1976).

Esta investigação teve por objectivo comparar o grau de legitimação da violência conjugal e o tipo de crenças que lhe estão associadas nos dois géneros, nos 3 grupos etários (<20, 21-25 e 25>) e no tipo de formação académica (Enfermagem, Engenharia e Psicologia).

7.2-Procedimentos

Esta investigação teve por objectivo estudar as crenças e atitudes dos estudantes universitários acerca da violência doméstica e, mais especificamente, averiguar se as variáveis género idade, tinham influência no tipo de crenças a cerca deste tema. Com o intuito de investigar se a informação acerca deste interfere nas crenças foram seleccionados 3 grupos, enfermagem, que estuda esta temática e tem contacto com algumas vítimas em contexto de estágio curricular ao longo da formação académica, engenharia, que não contém este tipo de temáticas no plano curricular, e psicologia que aborda esta tipo de temas no decorrer da formação académica.

Para uma amostra mais alargada, foram seleccionadas quatro distritos, sendo que a escala foi aplicada em Lisboa, Évora, Beja e Faro. As escalas foram aplicadas individual, ou colectivamente, consoante a disponibilidade dos estudantes.

Depois de serem fornecidas as devidas explicações acerca do estudo e esclarecidas todas as dúvidas, foram entregues as cartas de consentimento informado. Para manter o anonimato as escalas foram entregues após a recolha das cartas assinadas.

Variáveis:

Variável dependente - Grau de tolerância/aceitação da violência conjugal e o tipo de crenças associadas à sua aceitação.

Variáveis independentes - Género sexual

- Idade

- Tipo de curso frequentado

7.3-Instrumentos

Uma vez que o intuito deste estudo foi avaliar as crenças e atitude dos estudantes relativamente à violência física e psicológica em contexto conjugal utilizou-se a escala de crenças sobre a violência conjugal (ECVC) construída por Machado, C., Matos, M., & Gonçalves, M. (2006). Após a sua construção foi testada e melhorada pelos seus autores. A sua versão final é constituída por 25 itens com resposta de 1 a 5 pontos, sendo o 1 “Discordo totalmente” e o 5 “Concordo totalmente”, esta apresenta uma elevada consistência interna medida pelo coeficiente de Cronbach (0.93), sendo desta forma um óptimo instrumento para medir o que é pretendido.

Um estudo representativo da Região Norte desenvolvido pelos autores da escala, no qual as respostas obtidas nesta foram comparadas com o Inventário de Violência Conjugal (I.V.C.) demonstrou que os cônjuges abusivos, tinham uma atitude mais propícia a este tipo de conduta e apresentaram também valores mais elevados nos 4 factores. Contudo, os autores alertam para o facto desta não dever ser utilizada para despistar casos de violência conjugal.

O total da escala mede o grau de tolerância/aceitação da violência em contexto conjugal. O tipo de crenças relativas à violência doméstica, é discriminado por 4 factores de

legitimação. O factor 1 “legitimação e banalização da violência doméstica”: refere-se ao conjunto de crenças que normalizam e banalizam a pequena violência, sendo esta considerada como pouco grave, como por exemplo, “insultos” e “bofetadas”. (“Maridos e mulheres sempre se bateram. É natural e não tem nada de mal.”). No factor 2 “legitimação da violência pela conduta da mulher” a violência conjugal é justificável quando a mulher é considerada “má esposa”. (“Um(a) parceiro(a) infiel merece ser maltratado(a).”). O factor 3 “Legitimação da violência pela atribuição a causas externas” como o álcool, desemprego ou relações extra conjugais, legitima a conduta maltratante através de factores externos. (“Os maus tratos só ocorrem quando há outros problemas dentro da família.”). O factor 4: “legitimação da violência pela preservação da privacidade familiar” fundamenta a conduta violenta com base na privacidade e necessidade de preservar as famílias. (“A violência conjugal é um assunto privado. Deve ser resolvido em casa.”)

A escala pode ser administrada individual ou colectivamente sem limitação de tempo. O somatório da escala mede o grau de tolerância/aceitação da violência em contexto conjugal, uma vez que os itens que a constituem foram construídos com o mesmo sentido. Esta permite ainda discriminar o tipo de crenças relativos à violência doméstica, sendo calculado pela soma dos itens que se subdividem em 4 factores de legitimação.

A consistência interna da ECVC foi analisada com o coeficiente de consistência interna Alfa de Cronbach. O valor encontrado por nós (0,918) pode ser considerado como excelente e está em consonância com o valor encontrado pela autora (0,93). Este valor não melhoraria significativamente se eliminássemos alguma questão da escala como se pode comprovar pela análise da tabela nº 16.

Tabela Nº 16 – Consistência interna da ECVC

Cronbach's Alpha	N of Items
,918	25

7.4-Amostra

Participaram no estudo 363 estudantes universitários, com idades compreendidas entre os 18 anos e os 29 anos. Os sujeitos inquiridos pertencem a diversas faculdades: Engenharia: Instituto Superior de Engenharia de Lisboa, Escola Superior Agrária de Beja, Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Beja e Universidade do Algarve (Faro, Pólo da Penha); Enfermagem: Escola Superior de Enfermagem de Lisboa (Pólo Artur Ravara e Pólo Maria Fernanda Resende), Escola Superior de Saúde de Beja, Escola Superior de Saúde Jean Piaget (Silves) e Escola Superior de Saúde de Faro. 120 Alunos de Psicologia: Instituto Superior de Psicologia Aplicada (Lisboa), Universidade de Évora e Universidade do Algarve (Faro, Pólo das Gambelas).

Amostragem por conveniência, amostra recolhida através de alguns amigos que frequentavam estes cursos e com a colaboração de professores através de troca de emails que se disponibilizaram para ajudar no momento de administração da escala aos alunos. No Algarve as escalas foram passadas aos estudantes de enfermagem no Hospital de Faro, devido a algumas limitações logísticas em tempo de aulas

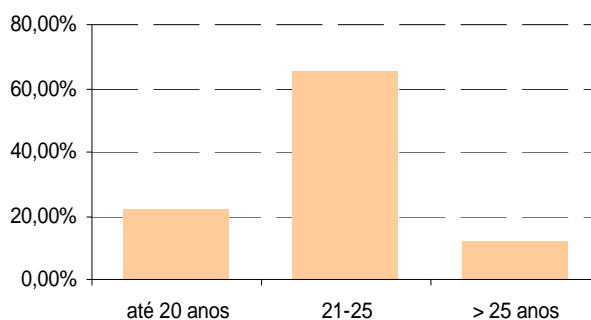
Como se verifica no gráfico 1 o qual menciona os géneros, 56% são do género feminino e 44% do género masculino.

Gráfico 1 - Género



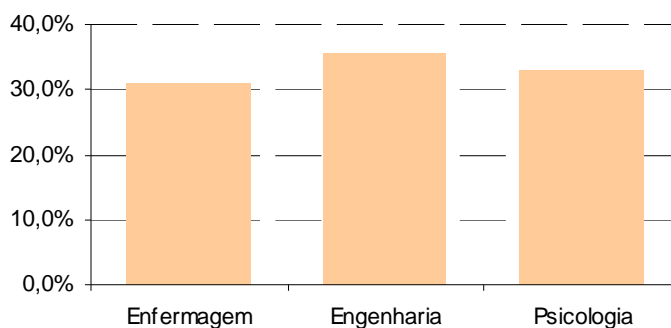
Em termos de distribuição por escalões etários o escalão 21-25 anos compreende 65,4% dos inquiridos como se pode verificar pelo gráfico.

Gráfico 2 – escalões etários



Os cursos frequentados pelos estudantes podem ser apreciados no gráfico nº 3. A maioria frequenta o curso de engenharia (35,6%).

Gráfico 3 – Curso frequentado



Ao avaliar a localização das universidades no que concerne ao número de inquiridos por zona de estudo, verifica-se que o maior número de sujeitos são estudantes na zona centro (39,9%), seguindo-se a zona do Alentejo (36%) e por fim a zona do Algarve (24%).

Tabela N° 1- Localização das universidades

	Frequência	Percentagem	Percentagem válida	Percentagem acumulada
Centro	143	39,9	39,9	39,9
Alentejo	129	36,0	36,0	76,0
Algarve	86	24,0	24,0	100,0
Total	358	100,0	100,0	

8-Resultados

Hipótese 1 - Existem diferenças significativas no grau de tolerância/aceitação da violência conjugal entre géneros.

Para testar esta hipótese comparou-se as crenças de 159 estudantes do género masculino e 199 do género feminino.

Tabela Nº 2 – Teste t de Student para o grau de tolerância da violência conjugal entre géneros

	T	gl	p (2-tailed)
Banalização da pequena violência	6,854	356	,000 *
Conduta	7,105	356	,000 *
C_externas	5,914	356	,000 *
Privacidade	6,987	356	,000 *
Crenças	7,309	356	,000 *

* $p \leq 0,05$

Legitimação e banalização da pequena violência: como se pode verificar na tabela nº2 as diferenças entre os géneros são estatisticamente significativas: $t(356) = 6,854$, $p=,000$, sendo que os homens obtêm valores superiores ($m=25,64$) aos das mulheres ($m=20,45$).

Legitimação pela conduta da mulher: através da análise da tabela nº2 verifica-se que existem diferenças entre os géneros estatisticamente significativas: $t(356) = 7,105$, $p=,000$, sendo que os homens obtêm valores superiores ($m=18,34$) aos das mulheres ($m=14,40$).

Legitimação pela sua atribuição a causas externas: a tabela nº 2 evidencia que as diferenças entre os géneros são estatisticamente significativas $t(356) = 5,914$, $p=,000$, sendo que os homens obtêm valores superiores ($m=16,23$) aos das mulheres ($m=13,47$).

Legitimação pela preservação da privacidade familiar: como ilustra a tabela nº 2 existem diferenças estatisticamente significativas entre os géneros: $t(356) = 6,987$, $p=,000$, sendo que os homens obtêm valores superiores ($m=12,44$) aos das mulheres ($m=9,85$).

Tolerância/Aceitação da violência conjugal: através da tabela nº2 verificamos que as diferenças entre género são estatisticamente significativas: $t(356) = 7,309$, $p=,000$, sendo que os homens obtêm valores superiores ($m=47,79$) aos das mulheres ($m=38,32$).

Tabela Nº 3 – Médias e Desvios Padrão para o grau de tolerância da violência conjugal entre

<i>Géneros</i>				
	Género	N	Média	Desvio Padrão
P_violencia	Masc	159	25,6415	8,94518
	Fem	199	20,4523	5,22005
Conduta	Masc	159	18,3459	6,46215
	Fem	199	14,4070	3,93895
C_externas	Masc	159	16,2390	4,97648
	Fem	199	13,4774	3,85838
Pricacidade	Masc	159	12,4403	4,01199
	Fem	199	9,8543	2,98716
Crenças	Masc	159	47,7955	14,59577
	Fem	199	38,3202	9,85362

Hipótese 2 - Existem diferenças significativas no grau de tolerância/aceitação da violência conjugal entre os escalões etários.

Para testar esta hipótese comparou-se as faixas etárias dos 18 aos 20, dos 21 aos 25 e dos 25 aos 39 anos.

Tabela Nº 4 – ANOVA One-way para avaliação do grau de tolerância da violência conjugal nos escalões etários

	F	gl	p.
P_violencia	4,848	2; 355	,008 *
Conduta	2,687	2; 355	,070 **
C_externas	4,263	2; 355	,015 *
Privacidade	3,607	2; 355	,028 *
Crenças	4,059	2; 355	,018 *

* $p \leq 0,05$ ** $p \leq 0,10$

Tabela Nº 5 – Teste de Tukey para avaliação da Legitimação da pequena violência nos escalões etários

Idade	N	Subconjunto para alpha = .05	
		1	2
21-25	234	21,8632	
> 25 anos	44	24,2273	24,2273
até 20 anos	80		24,5625
Sig.		,069	,069

Legitimação e banalização da pequena violência: Como se pode verificar pela tabela nº4 as diferenças entre os escalões etários são estatisticamente significativas: $F(2; 355) = 4,848$ $p = ,008$, sendo que, como é visível na tabela nº5, os sujeitos mais novos obtêm valores significativamente mais elevados (24,56) do que os sujeitos de escalão 21-25 anos (21,86).

Tabela Nº 6 – Teste de Tukey para Legitimação da violência através da conduta da mulher nos escalões etários

Idade	N	Subconjunto para alpha = .05	
		1	2
21-25	234	15,6667	
> 25 anos	44	16,8864	16,8864
até 20 anos	80		17,1875
Sig.		,209	

Legitimação pela conduta da mulher, através da leitura da tabela nº4 podemos verificar que as diferenças entre os escalões etários são estatisticamente significativas: $F(2; 355) = 2,687$, $p = ,070$, para um nível de significância $\leq 0,10$. Pela tabela nº7, confere-se que os sujeitos mais novos obtêm valores significativamente mais elevados (17,87) do que os sujeitos de escalão 21-25 anos (15,66).

Tabela Nº 7 – Teste de Tukey Legitimação pela sua atribuição a causas externas para os escalões etários

Idade	Subconjunto para alpha = .05		
	N	1	2
> 25 anos	44	14,2500	
21-25	234	14,3419	14,3419
até 20 anos	80		16,0125
Sig.		,992	,063

Legitimação pela sua atribuição a causas externas: as diferenças entre os escalões etários são estatisticamente significativas de acordo com a tabela nº4: $F(2; 355) = 4,263$, $p=,015$. Sendo que, segundo a tabela nº7, os sujeitos mais novos obtêm valores significativamente mais elevados (16,01) do que os sujeitos de escalão 21-25 anos (14,25).

Tabela Nº 8 – Teste de Tukey para Legitimação pela preservação da Privacidade familiar nos escalões etários

Idade	Subconjunto para alpha = .05		
	N	1	2
21-25	234	10,6496	
> 25 anos	44	11,2273	11,2273
até 20 anos	80		11,9125
Sig.		,088	

Legitimação pela preservação da privacidade família: as diferenças são estatisticamente significativas entre os escalões etários como se pode verificar na tabela $n^{\circ}4F(2; 355) = 3,607, p=,028$. Os sujeitos mais novos obtêm valores significativamente mais elevados (11,91) do que os sujeitos de escalão 21-25 anos (10,64).

Tabela N° 9 – Teste de Tukey para a Tolerância/Aceitação da violência conjugal nos escalões etários

Idade	N	Subconjunto para alpha = .05	
		1	2
21-25	234	41,1993	
> 25 anos	44	43,4766	43,4766
até 20 anos	80		45,8952
Sig.		,067	

Tolerância/Aceitação da violência conjugal: como ilustra a tabela n°9 as diferenças entre os escalões etários são estatisticamente significativas $F(2; 355) = 4,059, p=,018$. Os sujeitos mais novos obtêm valores significativamente mais elevados (45,89) do que os sujeitos de escalão 21-25 anos (41,19).

Hipótese 3 - Existem diferenças significativas no grau de tolerância/aceitação da violência conjugal em função do curso frequentado.

Para testar esta hipótese foram seleccionados três cursos, com diferentes conteúdos curriculares, enfermagem, engenharia e psicologia.

Tabela Nº 10 – ANOVA One-way para a tolerância/aceitação da violência conjugal em função do curso frequentado

	F	gl	p.
P_violencia	37,566	2; 355	,000 *
Conduta	33,353	2; 355	,000 *
C_externas	19,238	2; 355	,000 *
Pricacidade	27,206	2; 355	,000 *
Crenças	33,603	2; 355	,000 *

* $p \leq 0,05$

Tabela Nº 11 – Teste de Tukey para a Legitimação e banalização da pequena violência em função do curso frequentado

Idade	N	Subconjunto para alpha = .05	
		1	2
Enfermagem	110	20,2364	
Psicologia	120	20,5583	
Engenharia	128		26,9844
Sig.		,978	1,000

Legitimação e banalização da pequena violência: as diferenças são estatisticamente significativas no tipo de curso frequentado como se pode verificar na tabela nº10: $F(2; 355) = 37,566$ $p=,008$. Na tabela nº11 evidencia-se então, que os alunos de engenharia obtêm valores significativamente mais elevados (26,98) do que os alunos de enfermagem (20,23).

Tabela Nº 12 – Teste de Tukey para a Legitimação pela conduta da mulher em função do curso frequentado

Idade	N	Subconjunto para alplha = .05	
		1	2
Enfermagem	110	14,5000	
Psicologia	120	14,5167	
Engenharia	128		19,1172
Sig.		1,000	1,000

Legitimação pela conduta da mulher: as diferenças entre o tipo de curso frequentado são estatisticamente significativas, segundo a tabela nº 10: $F(2; 355) = 33,353$ $p=,000$. Sendo que, como se pode verificar na tabela nº12 os alunos de engenharia obtêm valores significativamente mais elevados (19,11) do que os alunos de enfermagem (14,50).

Tabela N° 13 – Teste de Tukey para Legitimação pela sua atribuição a causas externas em função do curso frequentado

Idade	N	Subconjunto de alpha = .05	
		1	2
Psicologia	120	13,4667	
Enfermagem	110	13,8273	
Engenharia	128		16,6172
Sig.		,893	1,000

Legitimação pela sua atribuição a causas externas: através da tabela nº10 podemos verificar que as diferenças são estatisticamente significativas no que se refere ao tipo de curso frequentado: $F(2; 355) = 19,238$ $p=,000$. Sendo que, como é visível na tabela nº13 os alunos de engenharia obtêm valores significativamente mais elevados (16,61) do que os alunos de psicologia (13,46).

Tabela N° 14 – Teste de Tukey para a Legitimação pela preservação da privacidade familiar em função do curso frequentado

Idade	N	Subconjunto de alpha = .05	
		1	2
Enfermagem	110	9,7364	
Psicologia	120	10,2583	
Engenharia	128		12,7891
Sig.		,570	1,000

Legitimação pela preservação da privacidade familiar: como é notório na tabela nº 10 as diferenças entre o tipo de curso frequentado são estatisticamente significativas: $F(2; 355) = 27,206$ $p=,000$. Na tabela nº 14 verificamos que os alunos de engenharia obtêm valores significativamente mais elevados (12,78) do que os alunos de enfermagem (9,73).

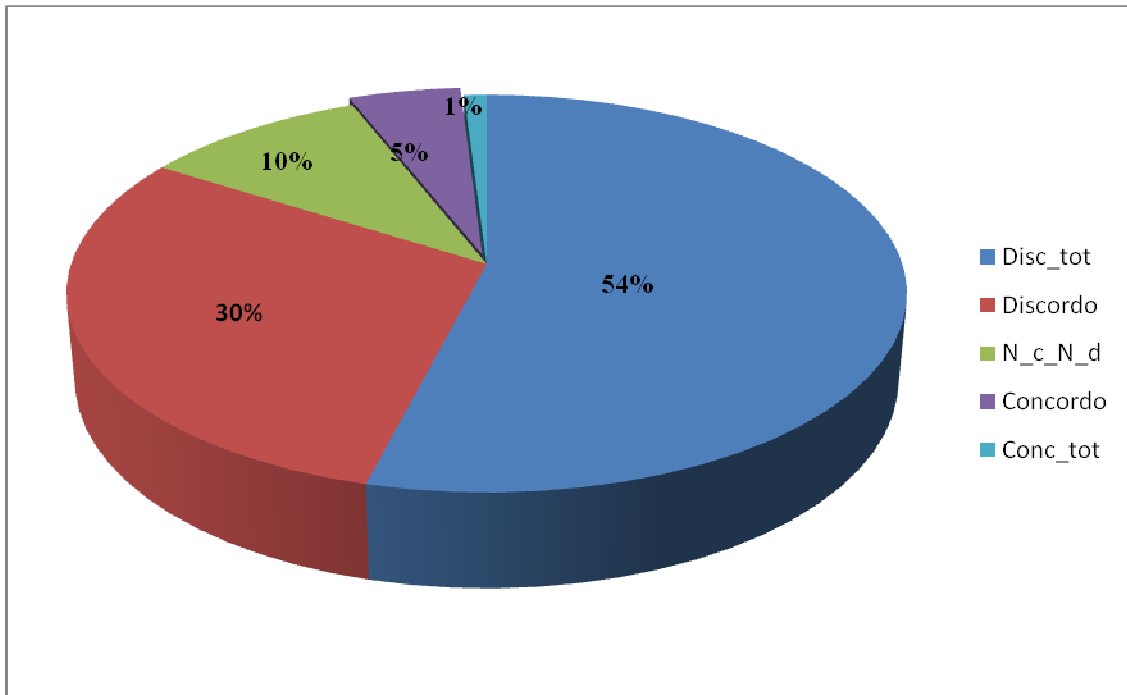
Tabela Nº 15 – Teste de Tukey para a Tolerância/Aceitação da violência conjugal em função do curso frequentado

Idade	N	Subconjunto de alpha = .05	
		1	2
Enfermagem	110	38,4389	
Psicologia	120	38,8455	
Engenharia	128		49,4958
Sig.		,991	1,000

Tolerância/Aceitação da violência conjugal: de acordo com a tabela nº10, existem diferenças estatisticamente significativas no que se refere ao tipo de curso frequentado: $F(2; 355) = 33,603$, $p=,000$. Sendo que, segundo a tabela nº15, os alunos de engenharia obtêm valores significativamente mais elevados (49,49) do que os alunos de enfermagem (38,43)

O nível de concordância com os itens no total foi ilustrado através do gráfico 4 com as respectivas percentagens.

Gráfico N° 4 Percentagens do tipo de respostas dadas pelos sujeitos inquiridos na escala ECVC

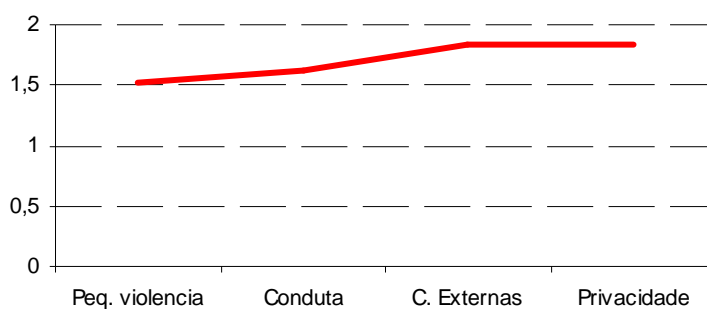


Como se pode verificar no gráfico 4, a maioria dos sujeitos manifestou discordância relativamente à violência doméstica, sendo que 54% das respostas corresponderam ao “*Discordo totalmente*”, seguidas do “*Discordo*” com 30%

Tabela Nº18 – Estatísticas descritivas da ECVC

	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio padrão
Legitimação e banalização da pequena violência	358	1,00	3,47	1,5171	,50417
Legitimação da violência pela conduta da mulher	358	1,00	3,60	1,6156	,55613
Legitimação da violência pela sua atribuição a causas externas	358	1,00	3,75	1,8380	,57426
Legitimação da pequena violência pela preservação da privacidade familiar	358	1,00	4,00	1,8338	,61753
Crenças_total	358	1,00	3,43	1,7011	,52209

Gráfico 4 – 4 Factores de Legitimação da ECVC



Neste gráfico podemos verificar que os factores mais frequentemente utilizados para justificar a tolerância à violência doméstica são a sua atribuição a causas externas e à necessidade de preservar a privacidade do lar.

9-Discussão dos resultados

Apesar da maioria dos sujeitos expressar baixa concordância face à violência doméstica, com 54% de respostas situadas no “*Discordo totalmente*”, seguidas do “*Discordo*” com 30%, é necessário alertar para o facto de 16% das respostas se situarem entre o “*Não concordo, nem discordo*” e no “*Concordo totalmente*”. Sendo que 10 % das respostas correspondem ao “*Não concordo, nem discordo*” o que poderá remeter para a indiferença sentida por parte dos sujeitos face à violência doméstica ou por em algumas situações considerarem discutível o uso da violência. Apesar da baixa percentagem de sujeitos com respostas entre o “*Concordo*” (5%) e o “*Concordo totalmente*” (1%), estes valores não devem ser desvalorizados, uma vez que demonstram que ainda existem jovens que justificam a violência com base nestas crenças o que leva a perpetuação, assim como, a tolerância destas condutas.

Consideramos relevante referir que os baixos valores encontrados ao nível da legitimação neste estudo poderão dever-se ao facto de a amostra ser constituída maioritariamente por duas áreas que têm contacto com esta temática nos planos curriculares. Sendo que um dos objectivos principais desta investigação foi averiguar se existiam diferenças no tipo formação académica com o intuito de verificar se a informação relativamente a esta temática exercia influência nas crenças acerca da mesma.

É importante alertar ainda para o facto de que estes dados poderão estar sobre a influência de fenómenos como a *desejabilidade social*, sendo que, nalguns casos os sujeitos poderão dar as respostas de acordo com o que consideram ser socialmente aceite, apesar deste estudo ser anónimo, o que soluciona em grande parte esta limitação.

Apesar de os resultados obtidos demonstrarem no geral uma discordância dos sujeitos relativamente à violência conjugal, foram encontradas diferenças significativas ao nível do género, idade e tipo de curso frequentado.

Os dados deste estudo vão de encontro com a hipótese 1, uma vez que foram encontradas diferenças significativas nos dois géneros ($t=7,309$; $gl=356$; $p<0,05$), sendo que o género masculino apresentou uma maior aceitação da violência. Estas diferenças verificam-se de igual modo em cada um dos factores de legitimação. Nos estudantes do género masculino encontra-se uma maior banalização da pequena violência nas relações ($t=6,854$; $gl=356$;

$p < 0,05$), estes consideram com maior frequência que certas condutas da mulher são responsáveis pela violência doméstica ($t=7,105$; $gl=356$; $p < 0,05$), justificam, de igual modo, com maior frequência este abuso com base nas causas externas, entre as quais, álcool, drogas ou desemprego ($t=5,914$; $gl=356$; $p < 0,05$) e dão maior relevância à preservação privacidade familiar ($t=6,987$; $gl=356$; $p < 0,05$).

Estes resultados confirmam um estudo desenvolvido por Caridade, Machado e Vaz (2007) com jovens estudantes, no qual no género masculino existia uma maior tendência para legitimar a violência conjugal. Do mesmo modo e Machado Matos e Moreira (2003) Matos, Machado, Caridade e Silva (2006) Pérez, Fiol, Palmer e Guzmán (2006) encontraram uma maior aceitação da violência por parte do sexo masculino. Os resultados obtidos vão, da mesma forma de encontro com os dados obtidos por Bryant e Spencer (2003) num estudo relativo às atitudes dos estudantes universitários na atribuição da culpa na violência doméstica, no qual os rapazes imputaram com maior frequência a culpa à vítima, considerando que estes actos abusivos são cometidos pelo companheiro como reacção a uma provocação anterior da mulher.

Este facto poderá dever-se a alicerces socioculturais, como os papéis-género, nos quais a mulher sempre assumiu uma posição subordinada ao homem. As diferenças entre os géneros encontradas neste estudo relativamente à legitimação da violência conjugal evidenciam a necessidade de promover formações específicas para cada género sexual, reforçando a importância destas no género masculino pela maior tendência encontrada no grupo dos rapazes para legitimar este tipo de abuso.

A hipótese 2, deste modo, também confirmada, já que se verificam, do igual forma diferenças significativas no que se refere à legitimação da violência doméstica nas faixas etárias ($t=4,059$; $gl=2;355$; $p < 0,05$), sendo que os estudantes mais novos (até aos 20 anos) obtêm valores significativamente mais elevados de legitimação do que os estudantes da faixa etária dos 21 aos 25 anos. Nos factores de legitimação a diferença entre estas duas camadas etárias mantém-se. Os estudantes mais novos apresentam uma maior tendência para minimizar a pequena violência na relação ($F=4,848$; $gl=2;355$; $p < 0,05$), consideram com maior frequência que as mulheres merecem este tipo de abuso nas relações ($F=2,687$; $gl=2;355$; $p < 0,10$), atribuem, da mesma forma, com maior frequência, a culpa da violência aos factores externos ($F=4,263$; $gl=2;355$; $p < 0,05$) e consideram ser mais importante proteger

a intimidade do lar ($F=3,607$; $gl=2;355$; $p<0,05$) do que os estudantes da faixa etária dos 21 aos 25 anos.

Parece assim, existir uma tendência para banalizar este tipo de abuso nas relações nas camadas mais jovens. O facto da faixa etária mais jovem (dos 18 aos 20 anos) apresentar uma maior tendência para legitimar os comportamentos abusivos torna-se preocupante, uma vez que, de acordo com Machado, Matos e Moreira (2003) num estudo acerca da violência universitária, as vítimas e agressores propendem a minorar a pequena violência e tendencialmente a aumentam esta violência no futuro. Seria, deste modo, de extrema relevância criar programas dirigidos a esta população, começando a intervir desde cedo nas camadas mais jovens de forma a consciencializa-los da gravidade deste tipo de condutas no momento em que estes constroem o seu protótipo relacional.

Finalmente, a hipótese 3 é comprovada, uma vez que se encontram diferenças significativas ao nível do tipo de formação académica ($F=33,603$; $gl=2;355$; $p<0,05$). Sendo que os estudantes de engenharia obtêm valores significativamente mais elevados de legitimação do que os estudantes de enfermagem. Estas diferenças verificam-se de igual modo em três dos factores de legitimação. Nos estudantes de engenharia encontra-se uma maior desvalorização da pequena violência nas relações ($F=37,566$; $gl=2;355$; $p<0,05$), estes responsabilizam com maior frequência a conduta da mulher pela violência doméstica ($F=33,353$; $gl=2;355$; $p<0,05$) e consideram mais importante resguardar a privacidade familiar ($F=27,206$; $gl=2;355$; $p<0,05$) do que os estudantes de enfermagem. Os estudantes de engenharia imputam, com maior frequência as causas externas, para este tipo abuso ($F=19,238$; $gl=2;355$; $p<0,05$) do que os estudantes de psicologia.

Estes resultados vão de encontro com um estudo realizado por Machado, Matos e Moreira (2003), no qual os estudantes das ciências exactas, como engenharia, apresentaram uma maior legitimação da violência do que os estudantes de ciências como psicologia. Do mesmo modo, as investigações desenvolvidas por Pérez, Fiol, Palmer, e Guzmán (2006) e Pérez, Fiol, Palmer, Espinosa e Guzmán (2006) demonstraram que a informação acerca da violência doméstica interfere no tipo de crenças e atitudes dos estudantes face à mesma.

Isto poderá dever-se ao facto dos estudantes de enfermagem terem acesso a esta temática nos planos curriculares, bem como o facto de estes contactarem com vítimas durante o estágio curricular. Os estudantes de psicologia, por sua vez, adquirem alguma sensibilização para as questões da violência doméstica durante a formação académica, na qual este tipo de

tópicos são discutidos, enquanto que os estudantes de engenharia não têm qualquer tipo de contacto com esta temática durante a sua formação académica. De acordo com os resultados obtidos, podemos então afirmar que a informação acerca desta temática exerce influência nas crenças dos estudantes face à mesma. Seria, deste modo, útil incluir esta problemática nos programas curriculares ou promover acções de formação direccionadas esta população, desmistificando algumas crenças que estão por detrás desta banalização da violência, como os factores externos ou a conduta da mulher.

A revisão literária demonstra que os sujeitos avaliam o que os rodeia através da “lente” das suas crenças, sobrevalorizando as informações que são congruentes com estas e desvalorizando as que lhes são incompatíveis (Beck, 1997), deste modo, as crenças são a base de que nos suportamos para ver o mundo, sendo que a mesma realidade pode ser vivenciada por cada um de nós de diferentes formas. Assim, crenças erróneas acerca da violência doméstica que promovem a tolerância desta, seja pela banalização da pequena violência, pela sua justificação através de factores externos ao agressor (álcool, por exemplo) pela conduta da mulher ou até mesmo por se acreditar que é preferível o casal permanecer unido para preservar o lar, conduzem a uma maior aceitação destes actos abusivos quer pela parte da vítima, que por quem a rodeia.

A crença de que a mulher está na relação porque quer, que se continua com o agressor é porque gosta da situação em que vive, está, do mesmo modo, ainda bem patente nos dias de hoje. É necessária uma maior visibilidade relativamente questões da violência doméstica pela parte de todos para que as vítimas possam obter o suporte adequado de forma a sentirem a segurança necessária para sair deste tipo de relações abusivas.

Assim, a presença de algumas crenças que estão subjacentes à tolerância da violência doméstica neste estudo, nos estudantes leva a uma maior aceitação deste tipo de conduta, sendo que este padrão relacional poderá ser considerado então como algo normal por estes, perpetuando-se ao longo do tempo. Deveremos, deste modo, dar maior impacto a esta temática, consciencializando os mais jovens para a gravidade destas relações violentas de forma a que a violência não seja encarada não como um acto de amor ou ciúmes mas sim como algo inaceitável que ofende a integridade física e moral do ser humano e que tem repercussões ao nível da saúde física e mental.

10-Conclusão

A violência doméstica é um fenômeno que acarreta elevados custos para o país e é um crime contra a integridade física e moral, este vai incapacitando a vítima ao longo do tempo, uma vez que esta vai gradualmente perdendo a sua identidade, os laços sociais e apresentando quadros depressivos que impossibilitam o término destas relações abusivas.

As investigações acerca da violência doméstica, proporcionaram uma maior consciencialização da mesma, o que contribuiu para alterações na lei, contudo apesar da sua maior visibilidade e evolução para crime público, esta permanece, nalguns casos confinada ao âmbito do lar. Os agressores revelam, deste modo, um comportamento em público diferencial do que têm em privado, e as vítimas reforçam esta dissimulação, tentando proteger o agressor, por diversos motivos.

Estas frequentemente, desvalorizam a gravidade desta conduta violenta, acreditam que não se irá repetir ou julgam poder mudar o agressor. As vítimas receiam da mesma forma, as consequências que poderão advir do abandono da relação. Assistimos a uma dependência psicológica relativamente ao agressor pelo controlo que este exerceu durante a relação que originou a perda da identidade da vítima, e dos laços com amigos e família, em muitos dos casos, sendo o agressor “tudo o que lhes resta”. Frequentemente estas estão também dependentes financeiramente, receando perder a casa, os bens pessoais e nalguns casos os filhos. Poderão ainda temer futuras retaliações do parceiro enquanto o processo decorre. Muitas vezes os serviços não conseguem dar resposta às necessidades das vítimas, e a falta de suporte social, coloca-as numa situação vulnerável, o que faz com que tentem aguentar esta situação, ostentando aos outros estar bem no seu relacionamento.

As pessoas próximas da vítima poderão reforçar a sua ideia de manter a relação, considerando que esta deve preservar o casamento, a fim de zelar pelo bem-estar do lar e da família. Em alguns casos podem também considerar que a vítima se mantém na relação porque quer ou porque gosta da situação em que vive, por não terem consciência dos receios que a impedem de abandonar a relação, esta crença das pessoas que rodeiam a vítima faz com que não tentem ajudá-la, ignorando a situação.

A violência doméstica, é então, frequentemente justificada como uma resposta do agressor face ao “mau comportamento da mulher”, a agentes externos, como dificuldades

financeiras, desemprego, álcool e drogas, e muitos dos casos são por vezes camuflados com o intuito de proteger o lar e a família. Este tipo de crenças contribui para a desculpabilização do agressor, o que aumenta a legitimação destas condutas violentas. A velha máxima “*entre marido e mulher ninguém mete a colher*” é aplicada a este fenómeno, sendo que, apesar das alterações na lei para crime público, este não é, em muitos dos casos, denunciado às autoridades por terceiros.

Ao longo do tempo, temos assistido ao fenómeno da violência no namoro, apesar de nestes casos não encontrarmos as questões do casamento e dos filhos, nem a dependência financeira da vítima relativamente ao agressor. Este fenómeno poderá dever-se a um aumento da banalização pela parte dos jovens, considerando hoje em dia, que nada é grave e tudo é normal. Isto conduziu, a uma a uma maior aceitação da violência, pelo critério de normalidade que lhe é por vezes conferido. Esta é frequentemente associada a actos de amor, o que impossibilita tornar consciente aos mais jovens a gravidade deste tipo de conduta.

No namoro assistimos, a uma dependência emocional do agressor, através da qual a vítima encontra explicações para manter o relacionamento, considerando que estes actos abusivos se devem a ao ciúme, acreditando que a violência não se irá repetir ou que podem mudar o comportamento do agressor.

Tendo em conta que este padrão relacional se inicia na adolescência e que a pequena violência nas relações de namoro tendencialmente se perpetua, agravando-se ao longo do tempo é relevante que haja uma consciencialização desde cedo dos mais jovens relativamente a estas questões no início das suas relações amorosas.

Uma vez que somos produto da socialização e interpretamos o mundo através de crenças interiorizadas desde cedo a legitimação da violência doméstica poderá ser considerada uma consequência de crenças erróneas que desculpabilizam estes actos abusivos. Estes alicerces de que nos servimos para interpretar o mundo e a forma de nos relacionarmos, exercem, por sua vez, influência nos nossos comportamentos, sendo assim, de extrema relevância, investigar as crenças para delinear futuras intervenções. Só assim poderemos entender melhor este fenómeno e criar programas preventivos efectivos.

As vítimas permanecem nas relações por não terem outra escolha, sendo que existem diversos factores que impossibilitam o término destas. É essencial compreensão e empatia dos familiares, amigos e serviços de apoio para que estas sintam segurança para esta nova

realidade e para que possam recuperar a sua auto-estima que este padrão relacional lhes extorqui.

Assim, enquanto não percebermos quais as crenças subjacentes à violência doméstica e recriminarmos estas relações “românticas”, junto das vítimas (relações construídas através dos livros e dos filmes, nos quais o amor está acima de todos os valores) engrandecemos a percepção que a vítima tem da necessidade do seu “príncipe”, resignando-se a tudo em nome do amor.

Considero, deste modo, fundamental uma intervenção com os jovens desde cedo, na fase em que se iniciam as primeiras relações, insistindo na desmistificação de crenças que legitimam este tipo de conduta para que a banalização da violência seja prevenida e que para haja uma maior consciência da seriedade deste problema nas camadas mais jovens.

Contributos e limitações

Este estudo, não pode ser generalizado à toda a população jovem por incluir apenas quatro distritos e estudantes universitários de apenas três áreas. Contudo esta investigação contribuiu para desmistificar a crença de que a violência está somente presente em meios desfavorecidos, ou que só ocorre entre pessoas com baixas taxas de alfabetização. Embora a população estudada apresente no geral baixos níveis de tolerância referentes à violência conjugal, ainda sustenta algumas crenças que estão por detrás de a aceitação de algumas condutas abusivas.

Este estudo, reforçou o que havia sido demonstrado por outras investigações, uma maior legitimação da violência por parte do género masculino, o que confirma a relevância de formações diferenciais para os dois géneros, com maior incidência no masculino. Insistindo no desmantelamento de estereótipos culturais que ainda verificamos existir pela influência da sociedade patriarcal na qual a mulher tinha um estatuto de inferioridade face ao homem.

Esta investigação contribuiu também para um alerta para a tendência da banalização da violência, uma vez que é a camada mais jovem (18-20 anos) que apresentou valores superiores legitimação, demonstrando que é relevante intervir desde cedo para evitar a escalada da violência ao longo do tempo, pela propensão de perpetuação desta.

As áreas de formação estudadas (enfermagem, engenharia e psicologia) trouxeram do mesmo modo um contributo ao comprovar que o contacto com a temática da violência doméstica influencia as crenças acerca da mesma, sendo que os estudantes que não abordam estas temáticas ao longo da formação académica (engenharia) foram os que apresentaram uma maior aceitação das condutas abusivas.

Como já foi anteriormente referido, segundo os autores da escala (Machado, Matos e Gonçalves, 2006), apesar de esta ter obtido uma elevada correlação com o IVC, não deverá ser utilizada para despistar condutas violentas. Porém a revisão literária demonstrou que as crenças e atitudes exercem influência sobre o comportamento dos sujeitos, pelo que esta escala é útil para investigações nesta área, uma vez que, as nossas respostas se baseiam na informação que temos disponível (crenças).

Finalmente, importa alertar para o facto de os resultados obtidos poderem, nalguns casos dever-se à *desejabilidade social* uma vez que os itens estão todos construídos no mesmo sentido o que poderá influenciar as respostas dos sujeitos.

Propostas para futuras investigações

Seria relevante alargar a área geográfica, para uma maior representatividade da amostra, realizando um estudo deste género que englobasse todo o país.

Apesar de este estudo ter contribuído para a desmistificação relativamente à violência nas diferentes classes sociais, e níveis de instrução, considero útil alargar estas investigações para a população jovem não estudante comparando as diferenças entre estes dois grupos.

Seria, do mesmo modo, interessante fazer investigações nesta área, relativamente à homossexualidade e à violência sofrida pelos homens, assim como fazer alusão à violência sexual.

E por fim, uma vez que as crenças se desenvolvem através da socialização, seria útil alargar estes estudos à população que contacta com os jovens, como os professores e os pais, para que haja uma intervenção nas fases mais iniciais de desenvolvimento e para que estas se tornem mais eficientes.

Referências bibliográficas:

- APAV- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2008). *Relatório Estatístico*.
- Aldrighi, T. (2004). Prevalência e cronicidade da violência física no namoro entre jovens universitários do Estado de São Paulo – Brasil. *Psicologia: Teoria e Prática*, 6 (1), 105-120.
- Aneja, S., Gottlieb, A. & Feller, (2009). Physician intervention for intimate partner violence. *Medicine & health/Rhode island*, 92(9), 307-309.
- Ajzen, I. & Cote, N. (2008). Attitudes and Prediction of Behaviour. In Crano, W.D. & Prislín, R. (Eds.), *Attitudes and Attitude Change*, Psychology Press. 289-313.
- Bandura, A. (1979). *Psychological mechanisms of aggression*. Cambridge: University Press.
- Beck, A., Rush, a., Shaw, b., & Erney, G. (1979). *Terapia cognitiva da depressão*. New York: Copyright.
- Beck, J. S. (1997). *Terapia Cognitiva: Teoria e Prática*. Porto Alegre: Artmed.
- Bryant, S., & Spencer, G. (2003). University Students' Attitudes About Attributing Blame in Domestic Violence. *Journal of Family Violence*, 18 (6), 369-376.
- Bostock, J, Plumpton, M. & Pratt, R. (2009). Domestic violence against women understanding social processes and women's experiences. *Applied Social Psychology*, 19, 95-100.
- Caridade, S., & Machado, C (2006). Violência na intimidade juvenil: Da vitimação à perpetração. *Análise psicológica*, 4 (XXIV), 485-493.
- Caridade, S., Machado, C., & Vaz, F. (2007). Violência no namoro: Estudo exploratório com jovens estudantes. *Psicologica*, 46, 197-214.
- Cláudio, V., Pereira, M. & Robalo, P. (1994). Sida! A Falsa Protecção que o Amor Tece. *Análise psicológica*, 2-3 (XII): 221-226.

- Cláudio, V., Sousa, P. (2003). As implicações do género nas crenças e atitudes perante o VIH/SIDA. *Análise psicológica*, 2 (XXI), 159-174.
- Coulter, M. & Chez, R. (1997). Domestic Violence Victims Support Mandatory Reporting For Others. *Joumai of Family Violence*, 3 (12), 349-356.
- Davis, R. L. (2008). Domestic Violence. Intervention, prevention, policies and solutions. CRC Press.
- Denmark, F., Krauss, H., Halpern, E., & Sechzer, J. (2006). Summary and Conclusion. *New York, Academy of Sciences*, 1087, 384-386.
- Devos, T. (2008). *Implicit attitudes: Theoretical and empirical insights*. In Crano, W.D. & Prislín, R. (Eds.), *Attitudes and Attitude Change*, Psychology Press. 61-84.
- Duarte, A., Lima, M., (2006). Prevalência da violência física e psicológica nas relações de namoro de jovens estudantes portugueses. *Psychologica*, 43, 105-124.
- Fernández, M. (2006). Cultural Beliefs and Domestic Violence. *New York, Academy of Sciences*, 1087, 250-260.
- James, W., West, C., Deters, K., & Armijo, E. (2000). Youth dating violence. *Adolescence*, 35 (139), 455-465.
- Lichter, E. & Mccloskey, L. (2004). The effects of childhood exposure to marital violence on adolescent gender-role beliefs and dating violence. *Psychology of Women Quarterly*, 28, 344-357.
- Machado, C., Matos, M., & Moreira, A. (2003). Violência nas relações amorosas: Comportamentos e atitudes na população universitária. *Psychologica*, 33, 69-83.
- Machado, C., Matos, M., & Gonçalves, M. (2006). Escala de crenças sobre a violência conjugal (E.C.V.C.) e Inventário de violência conjugal (I.V.C.): Escalas de avaliação e manual. *Departamento de psicologia, Universidade do Minho*.
- Machado, C., Matos, M., & Gonçalves, M. (2006). Escala de crenças sobre a violência conjugal (ECVC). *Avaliação psicológica: instrumentos validados para a população portuguesa*. 2, 127-140.

- Matos, M. (2000). *Violência conjugal: O processo de construção da identidade da mulher*. Dissertação de candidatura ao grau de mestre em Psicologia, na especialidade de Psicologia da Justiça. Braga: Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.
- Matos, M. (2002). Espaços identitários na vitimação conjugal: da narrativa problemática à narrativa preferencial. *Psychologica*, 29.
- Matos, M., Machado, C., Caridade, S., & Silva, M. (2006). Prevenção da violência nas relações de namoro: Intervenção com jovens em contexto escolar. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8 (1), 55-75.
- Mcguigan, F. J. (1976). *Psicologia experimental: uma abordagem metodológica*. São Paulo: E.P.U.
- Neves, S. (2003). Amor, poder e violência(s) contra as mulheres: a importância do género nas relações íntimas. *Psicologia: Teoria, investigação e prática*, 8 (1), 133-144.
- Obama (2009). Administração de Barack H. Obama. Proclamation 8428 – *National Domestic Violence Awareness Month*,. October 1, 2009.
- Olson, M., & Kendrick, R. (2008). *Origins of attitudes*. In Crano, W.D. & Prislín, R. (Eds.), *Attitudes and Attitude Change*, Psychology Press, 111-130.
- Paiva, C., & Figueiredo, B. (2004). Abuso no relacionamento íntimo: Estudo de prevalência em jovens adultos portugueses. *Psychologica*, 36, 75-107.
- Pérez, V., Fiol, E., Palmer, M., & Guzmán, C. (2006). Las creencias y actitudes sobre la violencia contra las mujeres en la pareja: Determinantes sociodemográficos, familiares y formativos. *Anales de psicología*, 22 (002), 251-259.
- Pérez, V., Fiol, E., Palmer, M., Espinosa, G., & Guzmán, C. (2006). La violencia contra las mujeres en la pareja: Creencias y actitudes en estudiantes universitarios/as. *Psicothema*, 18 (003), 359-366.
- PORTUGAL. Presidência do Conselho de Ministros (2008). Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género. *III Plano Nacional contra Violência Doméstica: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género*. Lisboa: C.C. G.
- Resolução do conselho de ministros (nº83/2007)

Ribeiro, J. (2007). *Avaliação em psicologia da saúde: instrumentos publicados em português*. Coimbra: Quarteto.

Rosen, K., & Stith, S. (1997). Surviving Abusive Dating Relationships: Processes of leaving, healing and moving on. In G.K. Kaufman Kantor and J.L. Jasinski (Eds.) *Out of the Darkness: Contemporary Perspectives on Family Violence*, (pp. 170-182). Thousand Oaks, CA: Sage.

Rodríguez, F. & Córdova, L.(2009). Violencia en la pareja: manifestaciones concretas y factores asociados. *Espacio Abierto Venezolano de Sociología*, 8 (2), 323-338.

Diário da República. <http://www.drp.pt>

ICSI- Institute for Clinical Systems Improvement: Healthcare guideness: Domestic Violence (2006) http://www.icsi.org/guidelines_and_more/gl_os_prot/

ANEXOS I

Output 1 – Consistência Interna da ECVC

Reliability Statistics

Cronbach's Alpha	N of Items
,918	25

Output 2 – Frequência dos Gêneros

Sexo

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Masc	159	44,4	44,4	44,4
	Fem	199	55,6	55,6	100,0
	Total	358	100,0	100,0	

Output 3 - Frequência de Idades

Idade_grp

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	até 20 anos	80	22,3	22,3	22,3
	21-25	234	65,4	65,4	87,7
	> 25 anos	44	12,3	12,3	100,0
	Total	358	100,0	100,0	

Output 4 – Frequências da formação académica

F_acadm

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Enfermagem	110	30,7	30,7	30,7
	Engenharia	128	35,8	35,8	66,5
	Psicologia	120	33,5	33,5	100,0
	Total	358	100,0	100,0	

Output 5 – Estatística de Teste para ECVC quanto ao género

Group Statistics

	Sexo	N	Mean	Std. Deviation	Std. Error Mean
P_violencia	Masc	159	25,6415	8,94518	,70940
	Fem	199	20,4523	5,22005	,37004
Conduta	Masc	159	18,3459	6,46215	,51248
	Fem	199	14,4070	3,93895	,27922
C_externas	Masc	159	16,2390	4,97648	,39466
	Fem	199	13,4774	3,85838	,27351
Pricacidade	Masc	159	12,4403	4,01199	,31817
	Fem	199	9,8543	2,98716	,21175
Crenças	Masc	159	47,7955	14,59577	1,15752
	Fem	199	38,3202	9,85362	,69850

Output 6 – Teste T-Student para ECVC quanto ao gênero

Independent Samples Test

		Levene's Test for Equality of Variances		t-test for Equality of Means						
		F	Sig.	t	df	Sig. (2-tailed)	Mean Difference	Std. Error Difference	95% Confidence Interval of the Difference	
									Lower	Upper
P_violencia	Equal variance assumed	60,379	,000	6,854	356	,000	5,18925	,75715	3,70019	6,67830
	Equal variance not assumed			6,486	241,416	,000	5,18925	,80011	3,61316	6,76534
Conduta	Equal variance assumed	39,096	,000	7,105	356	,000	3,93888	,55438	2,84861	5,02914
	Equal variance not assumed			6,749	248,272	,000	3,93888	,58361	2,78941	5,08834
C_externas	Equal variance assumed	10,687	,001	5,914	356	,000	2,76161	,46695	1,84328	3,67994
	Equal variance not assumed			5,751	292,397	,000	2,76161	,48017	1,81657	3,70664
Pricacidade	Equal variance assumed	21,315	,000	6,987	356	,000	2,58598	,37011	1,85811	3,31385
	Equal variance not assumed			6,766	284,435	,000	2,58598	,38219	1,83369	3,33827
Crenças	Equal variance assumed	30,687	,000	7,309	356	,000	9,47522	1,29645	6,92556	12,02488
	Equal variance not assumed			7,009	265,888	,000	9,47522	1,35195	6,81334	12,13710

Output 7 – Anova para comparação entre grupos – idade

ANOVA

		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
P_violencia	Between Groups	542,819	2	271,409	4,848	,008
	Within Groups	19875,039	355	55,986		
	Total	20417,858	357			
Conduta	Between Groups	164,621	2	82,310	2,687	,070
	Within Groups	10876,619	355	30,638		
	Total	11041,240	357			
C_externas	Between Groups	176,727	2	88,364	4,263	,015
	Within Groups	7357,887	355	20,726		
	Total	7534,615	357			
Pricacidade	Between Groups	97,617	2	48,809	3,607	,028
	Within Groups	4803,380	355	13,531		
	Total	4900,997	357			
Crenças	Between Groups	1359,767	2	679,883	4,059	,018
	Within Groups	59459,560	355	167,492		
	Total	60819,327	357			

Output 8– Teste Tukey - idade

Multiple Comparisons

Tukey HSD

Dependent Variable	(I) Idade_grp	(J) Idade_grp	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval	
						Lower Bound	Upper Bound
P_violencia	até 20 anos	21-25	2,69925*	,96906	,016	,4185	4,9800
		> 25 anos	,33523	1,40436	,969	-2,9701	3,6405
	21-25	até 20 anos	-2,69925*	,96906	,016	-4,9800	-,4185
		> 25 anos	-2,36402	1,22950	,134	-5,2578	,5297
	> 25 anos	até 20 anos	-,33523	1,40436	,969	-3,6405	2,9701
		21-25	2,36402	1,22950	,134	-,5297	5,2578
Conduta	até 20 anos	21-25	1,52083	,71688	,087	-,1664	3,2081
		> 25 anos	,30114	1,03890	,955	-2,1440	2,7463
	21-25	até 20 anos	-1,52083	,71688	,087	-3,2081	,1664
		> 25 anos	-1,21970	,90954	,373	-3,3604	,9210
	> 25 anos	até 20 anos	-,30114	1,03890	,955	-2,7463	2,1440
		21-25	1,21970	,90954	,373	-,9210	3,3604
C_externas	até 20 anos	21-25	1,67062*	,58962	,013	,2829	3,0583
		> 25 anos	1,76250	,85448	,099	-,2486	3,7736
	21-25	até 20 anos	-1,67062*	,58962	,013	-3,0583	-,2829
		> 25 anos	,09188	,74808	,992	-1,6688	1,8526
	> 25 anos	até 20 anos	-1,76250	,85448	,099	-3,7736	,2486
		21-25	-,09188	,74808	,992	-1,8526	1,6688
Pricacidade	até 20 anos	21-25	1,26293*	,47640	,023	,1417	2,3842
		> 25 anos	,68523	,69040	,582	-,9397	2,3101
	21-25	até 20 anos	-1,26293*	,47640	,023	-2,3842	-,1417
		> 25 anos	-,57770	,60443	,605	-2,0003	,8449
	> 25 anos	até 20 anos	-,68523	,69040	,582	-2,3101	,9397
		21-25	,57770	,60443	,605	-,8449	2,0003
Crenças	até 20 anos	21-25	4,69593*	1,67613	,015	,7510	8,6409
		> 25 anos	2,41862	2,42905	,580	-3,2984	8,1356
	21-25	até 20 anos	-4,69593*	1,67613	,015	-8,6409	-,7510
		> 25 anos	-2,27731	2,12660	,533	-7,2824	2,7278
	> 25 anos	até 20 anos	-2,41862	2,42905	,580	-8,1356	3,2984
		21-25	2,27731	2,12660	,533	-2,7278	7,2824

*. The mean difference is significant at the .05 level.

Output 9 a 12 - Tukey para comparação de idades – subescalas e total

P_violencia

Tukey HSD^{a,b}

Idade_grp	N	Subset for alpha = .05
		1
21-25	234	21,8632
> 25 anos	44	24,2273
até 20 anos	80	24,5625
Sig.		,069

Means for groups in homogeneous subsets are displayed.

- a. Uses Harmonic Mean Sample Size = 75,948.
- b. The group sizes are unequal. The harmonic mean of the group sizes is used. Type I error levels are not guaranteed.

Tukey HSD^{a,b}

Idade_grp	N	Subset for alpha = .05	
		1	2
> 25 anos	44	14,2500	
21-25	234	14,3419	14,3419
até 20 anos	80		16,0125
Sig.		,992	,063

Means for groups in homogeneous subsets are displayed.

- a. Uses Harmonic Mean Sample Size = 75,948.
- b. The group sizes are unequal. The harmonic mean of the group sizes is used. Type I error levels are not guaranteed.

Conduta

Tukey HSD^{a,b}

Idade_grp	N	Subset for alpha = .05
		1
21-25	234	15,6667
> 25 anos	44	16,8864
até 20 anos	80	17,1875
Sig.		,209

Means for groups in homogeneous subsets are displayed.

- a. Uses Harmonic Mean Sample Size = 75,948.
- b. The group sizes are unequal. The harmonic mean of the group sizes is used. Type I error levels are not guaranteed.

Pricacidade

Tukey HSD^{a,b}

Idade_grp	N	Subset for alpha = .05
		1
21-25	234	10,6496
> 25 anos	44	11,2273
até 20 anos	80	11,9125
Sig.		,088

Means for groups in homogeneous subsets are displayed.

- a. Uses Harmonic Mean Sample Size = 75,948.
- b. The group sizes are unequal. The harmonic mean of the group sizes is used. Type I error levels are not guaranteed.

Crenças

Tukey HSD^{a,b}

Idade_grp	N	Subset for alpha = .05
		1
21-25	234	41,1993
> 25 anos	44	43,4766
até 20 anos	80	45,8952
Sig.		,067

Means for groups in homogeneous subsets are displayed.

- a. Uses Harmonic Mean Sample Size = 75,948.
- b. The group sizes are unequal. The harmonic mean of the group sizes is used. Type I error levels are not guaranteed.

Output 13 – Anova para comparação entre grupos – formação académica

ANOVA

		Sum of Squares	df	Mean Square	F	Sig.
P_violencia	Between Groups	3566,443	2	1783,221	37,566	,000
	Within Groups	16851,415	355	47,469		
	Total	20417,858	357			
Conduta	Between Groups	1746,531	2	873,266	33,353	,000
	Within Groups	9294,709	355	26,182		
	Total	11041,240	357			
C_externas	Between Groups	736,787	2	368,394	19,238	,000
	Within Groups	6797,827	355	19,149		
	Total	7534,615	357			
Pricacidade	Between Groups	651,346	2	325,673	27,206	,000
	Within Groups	4249,651	355	11,971		
	Total	4900,997	357			
Crenças	Between Groups	9681,091	2	4840,545	33,603	,000
	Within Groups	51138,236	355	144,051		
	Total	60819,327	357			

Output 14 – Teste de Tukey – formação acadêmica

Multiple Comparisons

Hochberg

Dependent Variable	(I) F_acadm	(J) F_acadm	Mean Difference (I-J)	Std. Error	Sig.	95% Confidence Interval	
						Lower Bound	Upper Bound
P_violencia	Enfermagem	Engenharia	-6,74801*	,89576	,000	-8,8966	-4,5994
		Psicologia	-,32197	,90945	,979	-2,5035	1,8595
	Engenharia	Enfermagem	6,74801*	,89576	,000	4,5994	8,8966
		Psicologia	6,42604*	,87546	,000	4,3261	8,5260
	Psicologia	Enfermagem	,32197	,90945	,979	-1,8595	2,5035
		Engenharia	-6,42604*	,87546	,000	-8,5260	-4,3261
Conduta	Enfermagem	Engenharia	-4,61719*	,66526	,000	-6,2129	-3,0215
		Psicologia	-,01667	,67543	1,000	-1,6368	1,6035
	Engenharia	Enfermagem	4,61719*	,66526	,000	3,0215	6,2129
		Psicologia	4,60052*	,65018	,000	3,0410	6,1601
	Psicologia	Enfermagem	,01667	,67543	1,000	-1,6035	1,6368
		Engenharia	-4,60052*	,65018	,000	-6,1601	-3,0410
C_externas	Enfermagem	Engenharia	-2,78991*	,56893	,000	-4,1546	-1,4252
		Psicologia	,36061	,57763	,898	-1,0249	1,7461
	Engenharia	Enfermagem	2,78991*	,56893	,000	1,4252	4,1546
		Psicologia	3,15052*	,55603	,000	1,8168	4,4843
	Psicologia	Enfermagem	-,36061	,57763	,898	-1,7461	1,0249
		Engenharia	-3,15052*	,55603	,000	-4,4843	-1,8168
Pricacidade	Enfermagem	Engenharia	-3,05270*	,44983	,000	-4,1317	-1,9737
		Psicologia	-,52197	,45671	,584	-1,6175	,5735
	Engenharia	Enfermagem	3,05270*	,44983	,000	1,9737	4,1317
		Psicologia	2,53073*	,43964	,000	1,4762	3,5853
	Psicologia	Enfermagem	,52197	,45671	,584	-,5735	1,6175
		Engenharia	-2,53073*	,43964	,000	-3,5853	-1,4762
Crenças	Enfermagem	Engenharia	-11,05693*	1,56044	,000	-14,7999	-7,3140
		Psicologia	-,40657	1,58429	,992	-4,2068	3,3936
	Engenharia	Enfermagem	11,05693*	1,56044	,000	7,3140	14,7999
		Psicologia	10,65036*	1,52507	,000	6,9922	14,3085
	Psicologia	Enfermagem	,40657	1,58429	,992	-3,3936	4,2068
		Engenharia	-10,65036*	1,52507	,000	-14,3085	-6,9922

*. The mean difference is significant at the .05 level.

Outputs 15 a 19 - Tukey para formação acadêmica – subescalas e total

P_violencia

Hochberg^{a,b}

F_acadm	N	Subset for alpha = .05	
		1	2
Enfermagem	110	20,2364	
Psicologia	120	20,5583	
Engenharia	128		26,9844
Sig.		,978	1,000

Means for groups in homogeneous subsets are displayed.

- a. Uses Harmonic Mean Sample Size = 118,874.
- b. The group sizes are unequal. The harmonic mean of the group sizes is used. Type I error levels are not guaranteed.

C_externas

Tukey HSD^{a,b}

Idade_grp	N	Subset for alpha = .05	
		1	2
> 25 anos	44	14,2500	
21-25	234	14,3419	14,3419
até 20 anos	80		16,0125
Sig.		,992	,063

Means for groups in homogeneous subsets are displayed.

- a. Uses Harmonic Mean Sample Size = 75,948.
- b. The group sizes are unequal. The harmonic mean of the group sizes is used. Type I error levels are not guaranteed.

Pricacidade

Tukey HSD^{a,b}

Idade_grp	N	Subset for alpha = .05	
		1	2
21-25	234	10,6496	
> 25 anos	44	11,2273	
até 20 anos	80	11,9125	
Sig.		,088	

Means for groups in homogeneous subsets are displayed.

- a. Uses Harmonic Mean Sample Size = 75,948.
- b. The group sizes are unequal. The harmonic mean of the group sizes is used. Type I error levels are not guaranteed.

Conduta

Hochberg^{a,b}

F_acadm	N	Subset for alpha = .05	
		1	2
Enfermagem	110	14,5000	
Psicologia	120	14,5167	
Engenharia	128		19,1172
Sig.		1,000	1,000

Means for groups in homogeneous subsets are displayed.

- a. Uses Harmonic Mean Sample Size = 118,874.
- b. The group sizes are unequal. The harmonic mean of the group sizes is used. Type I error levels are not guaranteed.

C_externas

Hochberg^{a,b}

F_acadm	N	Subset for alpha = .05	
		1	2
Psicologia	120	13,4667	
Enfermagem	110	13,8273	
Engenharia	128		16,6172
Sig.		,893	1,000

Means for groups in homogeneous subsets are displayed.

- Uses Harmonic Mean Sample Size = 118,874.
- The group sizes are unequal. The harmonic mean of the group sizes is used. Type I error levels are not guaranteed.

Pricacidade

Hochberg^{a,b}

F_acadm	N	Subset for alpha = .05	
		1	2
Enfermagem	110	9,7364	
Psicologia	120	10,2583	
Engenharia	128		12,7891
Sig.		,570	1,000

Means for groups in homogeneous subsets are displayed.

- Uses Harmonic Mean Sample Size = 118,874.
- The group sizes are unequal. The harmonic mean of the group sizes is used. Type I error levels are not guaranteed.

Crenças

Hochberg^{a,b}

F_acadm	N	Subset for alpha = .05	
		1	2
Enfermagem	110	38,4389	
Psicologia	120	38,8455	
Engenharia	128		49,4958
Sig.		,991	1,000

Means for groups in homogeneous subsets are displayed.

- Uses Harmonic Mean Sample Size = 118,874.
- The group sizes are unequal. The harmonic mean of the group sizes is used. Type I error levels are not guaranteed.

ANEXO II

Carta de Consentimento Informado

O presente estudo, da responsabilidade do Prof. Doutor Victor Cláudio do Instituto Superior de Psicologia Aplicada, tem como objectivo estudar algumas crenças e atitudes associadas com a violência doméstica. Este estudo enquadra-se no âmbito de uma dissertação de mestrado.

Para esse efeito ser-lhe-á pedido que preencha um questionário denominado Escala de Crenças acerca da Violência Doméstica, onde lhe será pedido que analise diversas afirmações e assinale o seu grau de concordância ou discordância com cada uma.

Todos os dados recolhidos serão tratados de forma totalmente confidencial, e comprometemo-nos a apenas divulgar e/ou publicar dados gerais relativos à população estudada e nunca dados individuais. A única informação pessoal requerida será a idade, género e profissão, pelo que a confidencialidade é absoluta.

A participação neste estudo é estritamente voluntária, e tem toda a liberdade para recusar participar ou para desistir em qualquer momento.

Desde já muito obrigada pela sua disponibilidade. Se surgir alguma dúvida depois da administração dos questionários, ou se desejar consultar o trabalho final, pode contactar o email *estudo@net.pt*.

Declaro que tomei conhecimento do objectivo da investigação e dos procedimentos pedidos. Fui esclarecido/a acerca de todos os aspectos importantes e não tenho qualquer dúvida. Fui informado/a que a minha participação é voluntária e sei que tenho a liberdade de recusar/desistir sem qualquer penalização. Assim, aceito participar nesta investigação.

Data: ___/___/___

O/A participante

Ema Mendes

ANEXO III

E. C. V. C.

(C. MACHADO, M. MATOS & M. GONÇALVES, 2000; UNIVERSIDADE DO MINHO)

INSTRUÇÕES:

Vai encontrar de seguida um conjunto de afirmações em relação a situações de maus tratos e conflito dentro do casamento (ou relações maritais). Pede-se que **leia atentamente** essas frases e exprima a sua opinião em relação a cada uma delas. Não existem respostas certas ou erradas. A sua **opinião** é o mais importante. Por favor, tente responder de acordo com a sua forma de pensar e sentir e **não como acha que deveria ser**.

Avalie cada afirmação, colocando um (X) na opção que melhor traduza o seu modo de pensar. Assegure-se de que respondeu a todas as questões, devendo optar **apenas por uma das hipóteses** apresentadas.

As respostas a este questionário são absolutamente anónimas.

Obrigado pela sua colaboração!

DADOS PESSOAIS

Por favor responda às questões abaixo efectuadas, sem indicar o seu nome.

Idade: _____ Sexo: M F Habilitações: _____

Estado Civil: Solteiro(a) Casado(a) / União de facto Divorciado(a) / Separado(a) Viúvo(a)

Profissão (se for estudante, indicar profissão dos pais): _____

Por favor, leia atentamente cada afirmação e responda:

1 Discordo totalmente 2 Discordo 3 Não concordo nem discordo 4 Concordo 5 Concordo totalmente

- O problema dos maus tratos dentro do casamento afecta uma pequena percentagem da população.
1 2 3 4 5
- Os maus tratos ocorrem apenas em famílias de baixo nível educacional e económico.
1 2 3 4 5
- Os maus tratos só ocorrem quando há outros problemas dentro da família (p. ex., desemprego, consumo de drogas, problemas de dinheiro).
1 2 3 4 5
- O mais importante para as crianças é que a família permaneça unida, mesmo quando há violência no casal.
1 2 3 4 5
- É a ideia de as mulheres quererem ter tantos direitos como os homens que causa problemas entre o casal.
1 2 3 4 5
- A causa da violência é o abuso de álcool.
1 2 3 4 5

É PROIBIDA A REPRODUÇÃO POR QUALQUER MEIO, DE QUALQUER PARTE DESTE MANUAL, SEM A AUTORIZAÇÃO ESCRITA DOS AUTORES. SOB PENA LEGAL. NÃO FOTOCOPIE RESPEITE OS DIREITOS DE AUTOR E PROPIA INVESTIGAÇÃO.

7. A preocupação com a situação das mulheres que são maltratadas no casamento só serve para separar as famílias.
1 2 3 4 5
8. Os homens batem nas mulheres apenas quando "estão de cabeça perdida", por algum problema nas suas vidas ou por alguma coisa que elas fizeram.
1 2 3 4 5
9. Se as mulheres se portarem como boas esposas não serão maltratadas.
1 2 3 4 5
10. Os homens passam a agredir as mulheres porque se envolvem em relações extra-conjugais.
1 2 3 4 5
11. Um(a) parceiro(a) infiel merece ser maltratado(a).
1 2 3 4 5
12. Se o meu(minha) parceiro(a) me insulta, tenho razões para o(a) agredir.
1 2 3 4 5
13. Algumas mulheres merecem que lhes batam.
1 2 3 4 5
14. Um homem tem o direito de castigar a mulher se ela faltar ao cumprimento dos seus deveres conjugais.
1 2 3 4 5
15. Em casos de violência conjugal, a polícia deve apenas tentar acalmar os ânimos e reconciliar o casal.
1 2 3 4 5
16. Dar uma bofetada à(ao) parceira(o) quando se está aborrecido ou irritado é normal; é uma coisa sem gravidade.
1 2 3 4 5
17. A violência conjugal é um assunto privado. Deve ser resolvido em casa.
1 2 3 4 5
18. Os insultos são normais entre um casal.
1 2 3 4 5
19. Uma mulher deve retirar a queixa de maus tratos contra o marido sempre que este lhe peça desculpa pelo que fez.
1 2 3 4 5
20. Se as pessoas permanecem numa relação violenta, é porque merecem a situação em que vivem.
1 2 3 4 5
21. Entre marido e mulher ninguém deve "meter a colher".
1 2 3 4 5
22. Uma bofetada não magoa ninguém.
1 2 3 4 5
23. Algumas mulheres fazem os homens "perder a cabeça" e, por isso, é natural que eles lhes batam.
1 2 3 4 5
24. Maridos e mulheres sempre se bateram. É natural e não tem nada de mal.
1 2 3 4 5
25. É mais aceitável um homem bater na mulher do que o contrário.
1 2 3 4 5